

ANEXO I – SÍNTESE DA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS SOBRE OS TEXTOS INTRODUTÓRIOS DA BNCC NOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS

A seguir, apresentamos uma síntese das respostas e comentários registrados nos Seminários Estaduais a respeito das 11 questões propostas na seção “Textos Introdutórios”, assim como as observações (de preenchimento opcional) que parte dos Estados fez em relação às áreas de conhecimento.

As sínteses abaixo refletem as posições de 25 Estados e do Distrito Federal. Mato Grosso não está contemplado porque não enviou o material referente aos Textos Introdutórios.

Perguntas que tratam de temas afins foram agrupadas.

1. A estrutura da BNCC está clara?

11 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

15 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

Há apontamentos críticos mesmo nos que marcaram “concordo totalmente”

2. Ordem das seções e capítulos do texto introdutório está adequada? Se não, qual é a proposta?

13 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

13 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

Há apontamentos críticos mesmo nos que marcaram “concordo totalmente”

Síntese das respostas dos Estados:

Os Estados avaliam de forma geral que a **estrutura da Base** não está clara, que **lhe falta objetividade e uma maior clareza na hierarquização e na articulação das informações**. Há diversos apontamentos em relação à **diagramação do documento**. Muitos pedem um **sumário** que ajude a guiar a leitura da Base, **com organização e numeração de tópicos e subtópicos**; outros pedem uma representação gráfica da estrutura proposta, que evidencie as relações entre áreas, objetivos e eixos. Alguns apontam que a Educação Infantil aparece desarticulada em relação ao restante da Base. Há também críticas a uma não padronização da terminologia. Tais pontos aparecem sintetizados na posição do Estado do RJ: “Indica-se a necessidade de equacionar a numeração do sumário ao conteúdo do texto (tópicos/ subtópicos/ seções); estrutura pouco didática, pouca fluidez, não se percebe a unidade temática do texto, para atingir aos vários públicos; a leitura se torna fragmentada; os campos de experiência da Educação Infantil não aparecem no Sumário. O sumário e o texto não são claros para uma consulta rápida.” A ideia de um glossário conceituando os termos usados está presente nas respostas a outras questões.

Em relação à concepção que embasa o documento, alguns Estados apontam que falta a **visão do sujeito** que se quer formar e que daria sentido e significado a todo o documento. Observa-se uma **insatisfação geral com o tratamento das modalidades e dos temas especiais/integradores** e uma grande variação na interpretação que se faz deles. É apontado que esses temas deveriam ser mais bem explorados ao longo da Base para que a sua função integradora mencionada no texto introdutório ficasse mais clara e também que há uma confusão no texto entre esses temas especiais e as modalidades da educação. O Pará ressalta a “incompatibilidade” de que culturas indígenas e africanas/direitos humanos e cidadania/educação ambiental sejam tratadas como modalidades da educação básica e noutro ponto do documento estejam “reduzidas” a temas integradores - o que avaliam como “um retrocesso.” Alguns pedem maior detalhamento de determinado tema ou modalidade. Critica-se também um desequilíbrio no tratamento das diferentes modalidades, pelo fato de o texto detalhar a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (pg 40), mas não detalhar as demais. Crítica ao fato de as etapas de escolarização aparecerem depois das modalidades.

3. O propósito da Base e a quem se direciona estão claros?

13 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

13 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

4. Diferença entre Base e Currículo está clara?

10 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

16 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

Síntese das Respostas dos Estados:

São muitas as solicitações para que se faça mais explícita a distinção entre Base e Currículo. A maior parte dos Estados entende há menções contraditórias no próprio documento em relação ao papel da Base.

A posição de SP sintetiza com clareza pontos manifestados por diferentes Estados: “É preciso maior clareza na definição da diferença entre Base e Currículo. O documento ora se apresenta como norteador da elaboração pelos sistemas de ensino e escolas do currículo e das propostas curriculares, ora não apresenta espaços para essa elaboração. Além disso, não há definições claras entre objetivos de aprendizagem e procedimentos de ensino, em áreas como a Matemática, apresenta conteúdos, em ciências procedimentos de ensino e em Língua Portuguesa onde quer chegar, isto é, objetivos de aprendizagem”.

Ou como diz o RJ: “Falta a justificativa: Base não é currículo, por quê? Indica-se a necessidade de um cotejo entre Base e currículo, bem como de esclarecer o propósito da Base para a elaboração do currículo.”

Ou GO: “A BNCC deveria ser compreendida como uma referência para as instituições públicas e privadas, não como um currículo mínimo. É necessário que se respeite a autonomia dos entes federados na elaboração de seus currículos, como indica a Lei nº 9.394/1996.”

5. OS 7 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO ASSEGURAM OS PRINCÍPIOS ÉTICOS, POLÍTICOS E ESTÉTICOS DESCRITOS NA INTRODUÇÃO DA BNCC?

9 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

17 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

Síntese das Respostas dos Estados:

Há uma grande diversidade de respostas a esta questão, muitos Estados pedem **complementações**, especialmente **aos direitos políticos e éticos**. Nos princípios políticos, Amazonas pede a inclusão da **liberdade de expressão**; RN pede que se acresça a ideia de “apropriação de conhecimentos [historicamente construídos – *sugestão de inserção*]” que permita realizar uma **“leitura crítica do mundo** natural e social, por meio da investigação, reflexão, interpretação, elaboração de hipóteses e argumentação, com base em evidências, colaborando para a construção de uma sociedade solidária, na qual a ‘democracia’, a liberdade, a autonomia e a responsabilidade sejam exercidas”. SP avalia que, embora os direitos políticos prevejam o respeito à diversidade de “origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa e quaisquer outras formas de discriminação” (pg 35), falta destacar – supõe-se que com maior ênfase - que se trata do respeito à **identidade de gênero**, não meramente ao gênero. AL, DF e SP apontam a falta da menção explícita ao respeito às **pessoas com deficiência**. GO vê os direitos de aprendizagens e desenvolvimento colocados no documento como limitantes e defende que sejam revistos para “promover o **acesso de todos, aos bens materiais e socioculturais** a fim de garantir uma formação humanizadora, imprescindível ao exercício da cidadania (...)”. Um Estado pede que se agreguem aos princípios éticos os conceitos de “**sustentabilidade, cidadania, laicidade e diversidades étnico-raciais**, religiosas, de gênero e sexualidade”. Alguns Estados sustentam que os direitos de aprendizagem não se traduzem nos objetivos de aprendizagem e defendem que essa co-relação fique mais clara. Outro aponta um descompasso entre os direitos de aprendizagem descritos na introdução e aqueles expressos na Educação Infantil. O Acre manifesta preocupação com a aplicabilidade, infere-se que da Base de uma forma geral.

6. A relação entre a Base e as modalidades de ensino está clara no texto introdutório da BNCC?

5 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

21 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

Síntese das Respostas dos Estados:

A questão das modalidades, que já havia sido destacada espontaneamente nas perguntas gerais iniciais, reaparece em detalhe nesta questão específica. A maioria dos Estados avalia que a relação entre Base e modalidades não está clara. O Espírito Santo acusa a confusão entre

modalidades e temas especiais e, como outros Estados, pede que a Base siga a definição de modalidades das Diretrizes Curriculares Nacionais. “Não deixa claro, pois apresenta Educação Étnico-Racial, Educação Ambiental e Educação e Direitos Humanos, como modalidade de ensino e no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, são Temas transversais que serão trabalhados em todas as disciplinas do Currículo.” O Maranhão pede que se retire do item “BNCC e as Modalidades de Educação Básica” os subitens que não são modalidades de ensino e pede maior aprofundamento teórico das modalidades. Bahia e Goiás também avaliam o tratamento das modalidades como “superficial” e pedem que todas as modalidades tenham o detalhamento que foi dispensado à Educação Especial. Alguns Estados pedem em especial maior destaque para a Educação de Jovens e Adultos; GO, PR, RJ e SP acusam a ausência da educação profissional nesta seção. Aqui aparece novamente o pedido por maior clareza em relação aos diferentes conceitos ao longo da Base. O DF sugere: “Distinguir conceitualmente entre temas especiais, temas e eixos integradores, temas transversais e as Modalidades de Ensino.” O posicionamento de Rondônia sintetiza esse incômodo: “Entendemos que os temas citados como modalidade de ensino, como por exemplo Educação étnico-racial, educação ambiental e direitos humanos, são temas transversais e não modalidades de ensino. Entendemos como modalidades de ensino um atendimento diferenciado a um público específico.”

7. Todas as seções apresentadas no texto introdutório da BNCC são essenciais para o propósito do documento?

15 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

10 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

1 (RJ) não se pronunciou

Síntese das respostas dos Estados:

A maioria dos Estados apontou que concorda com a afirmação contida na pergunta de que as seções do texto introdutório são essenciais para o propósito do documento, mas houve ressalvas em relação ao teor das seções e pedidos de revisões e acréscimos pontuais em conceitos importantes. O Amazonas afirma que “já que a finalidade da BNCC é orientar os Sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, torna-se necessário acrescentar um **capítulo destinado a orientação para construção da parte diversificada**, correspondente aos 40% das propostas curriculares dos Sistemas”. A Bahia avalia que todas as seções são essenciais, “mas não suficientes”. Pede que se adote a denominação “temas contemporâneos” em substituição a “temas especiais”, alinhá-los com Resolução CNE 7/2010 (http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf) e afirmar a sua transversalidade; a incorporação da pesquisa e a extensão no ensino médio; abordar a avaliação como processo formativo; evidenciar a metodologia que consolidou as 12 milhões de contribuições da análise do documento I; e abordar mais claramente a parte diversificada. O Maranhão pede a substituição do termo “política nacional de formação de professores” por “política nacional de formação dos profissionais da educação”; a inclusão de uma política de acompanhamento e monitoramento da implementação da BNCC. Minas Gerais avalia que o texto está repetitivo e deveria ser mais enxuto e aponta que “falta a ênfase no comprometimento do Estado com as políticas públicas necessárias. Os conceitos pedagógicos estão ausentes na definição dos conceitos de aprendizagem e desenvolvimento.” MS recomenda que se recupere da Primeira Versão da BNCC a concepção de escola para a Educação Infantil (pg 10).

8. ESTÁ CLARA A ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS INTRODUTÓRIOS DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO E COMPONENTES POR ETAPAS?

8 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

16 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

2 Estados não se pronunciaram (RO e RS)

Síntese das respostas dos Estados:

A maioria dos Estados aponta que a organização das áreas no geral não está clara e critica o que vê como **falta de coesão entre os componentes curriculares**. O DF afirma que o texto é “genérico, sem coesão, repetitivo, redundante, prolixo e pouco orientador”. “A parte introdutória não faz relação entre etapas, modalidades, áreas do conhecimento e os conteúdos transversais (temas especiais, temas estruturantes). As áreas do conhecimento dos componentes não apontam para a inter e a transdisciplinaridade, nem fazem relação explícita com os Direitos de Aprendizagem. A organização pelas etapas prejudica o entendimento do conteúdo e dificulta a inter e a intratextualidade. Não há transição entre os textos da Educação Infantil e dos anos iniciais. Sugere-se um texto mais breve e sucinto, com definições conceituais e documentos normativos que o embasem; [de forma a] permitir a elaboração do currículo próprio a cada estado da federação.” MG também avalia que é necessário explicitar a **interdisciplinaridade e a integração entre as áreas de conhecimento**, definir melhor conceitos e melhorar a organização dos textos introdutórios das áreas. O Pará aponta que não há entre as áreas de conhecimento um entendimento comum sobre a formação do sujeito aprendiz e do trabalho pedagógico, “que parece reduzido ao cumprimento dos objetivos de aprendizagem”. Alagoas afirma que na **Educação Infantil** há uma confusão entre BNCC, Currículo e as Diretrizes da Educação Infantil; e critica o que vê como uma concepção prescritiva dessa etapa. Também falando da Educação Infantil, o Espírito Santo sustenta que deve se fortalecer os conceitos de campos de experiência e infância respeitando as especificidades da Educação Infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2009) nas concepções e no artigo 8º. Para o ES, “há conflito de direcionamento entre Base e Diretrizes e diversidade de conceitos na definição dos eixos.” O MA manifesta aqui sua discordância com a subdivisão da Educação Infantil em grupos etários e a falta de atenção no documento às crianças bem pequenas. Amapá aponta que, na área de **Matemática**, o texto de cada etapa não possui clareza e coerência. A Bahia diz que na área de Linguagens existem contradições entre os textos introdutórios e seus componentes. O Ceará aponta a polissemia do texto, o que pode gerar problemas no entendimento e na interpretação. Cita as áreas de linguagens, em que observa o uso “indistinto” do termo eixo e a falta de unidade entre os textos que apresentam as áreas e os componentes das **ciências humanas e ciências da natureza**. SP propõe revisar a organicidade do texto da educação infantil e aponta inconsistência no uso de conceitos como campos de experiências, eixos de formação, direito de aprendizagem, objetivo de aprendizagem.

9. ESTÁ CLARA A RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS GERAIS DE FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AOS EIXOS DE FORMAÇÃO DA ETAPA?

9 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

15 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

2 Estados não se pronunciaram (RO e RS)

Síntese das Respostas dos Estados:

A maioria dos Estados avalia que esta relação não está clara e há apontamentos conflitantes sobre como assegurá-la. São Paulo diz que não há referencial teórico claro que estabeleça uma relação entre os objetivos gerais de formação e os eixos de formação da etapa e aponta que os objetivos da Educação Infantil não contemplam o tema leitura. O Rio de Janeiro avalia que os quadros que relacionam objetivos e eixos estão explícitos mas indica a necessidade de um diagrama/esquema que explicita a relação entre os conceitos de objetivos gerais e eixos de formação; diz ainda que não há clareza na progressão dos eixos de formação entre as etapas.

O Acre pede que os objetivos do ensino médio sejam detalhados por ano. O Pará pede uma revisão dos objetivos gerais de formação por avaliar que têm uma natureza mais prescritiva do que

propositiva. O Maranhão pede o esclarecimento de diversos temas empregados, como a “formação sensível” e “matemática mais sofisticada”, e diz que discorda de que a aprendizagem seja organizada “nesta lógica cartesiana”. Santa Catarina, por sua vez, aponta que os objetivos gerais devem “ênfatizar reflexões políticos sociais que objetivem a formação integral e o pleno exercício da cidadania”. Minas Gerais afirma que falta ênfase na questão metodológica. O Distrito Federal propõe que os objetivos de aprendizagem e áreas do conhecimento sejam relacionados a partir dos temas estruturantes.

Há diversas indicações de substituições de termos e expressões.

10. As áreas de conhecimento e etapas possuem uma estrutura de organização de seções uniforme ao longo do documento?

7 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

16 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

3 Estados não se pronunciaram (BA, RO e RS)

Síntese das Respostas dos Estados:

A maioria dos Estados avalia que não há uniformidade no documento e aponta a falta de articulação entre as áreas e etapas. O Acre avalia que os conceitos das áreas de conhecimento estão bem compreensíveis e fundamentados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, mas observa que no Ensino Médio, “percebe-se uma quebra, ficando meio misturado, confundindo o leitor”. Aponta ainda que a numeração dos itens e subitens que compõem as áreas de conhecimento e as etapas facilitaria o entendimento. O Espírito Santo diz que não há conexões entre as áreas e etapas. “É preciso a construção a partir de uma leitura criteriosa, a reconstrução estrutural e coesa dos textos das seções, tornando um documento com unidade que dialogue com os objetivos e direitos de aprendizagem.” Aponta também que não há clareza quanto aos temas transversais dentro de cada disciplina e etapa. O DF observa que não há nem uniformidade, nem coerência entre as áreas do conhecimento, as etapas e os componentes curriculares. “Além da necessidade de um padrão organizacional comum a todas as etapas e áreas do conhecimento, é fundamental que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dialoguem e orientem os objetivos, conteúdos e áreas do conhecimento”. Santa Catarina vê um desequilíbrio entre as áreas no tratamento dos conceitos, alguns sendo tratados com mais especificidades e outros genericamente. Aponta que as etapas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental demonstram maior preocupação com o sujeito da aprendizagem e que é preciso rever este aspecto nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O número de objetivos de aprendizagem dos componentes curriculares está desequilibrado.

11. Todas as seções apresentadas nos textos introdutórios das etapas e das áreas de conhecimento são essenciais para o propósito da BNCC?

18 Estados com maioria marcando “concordo totalmente”

5 Estados com maioria marcando concordo parcialmente ou discordo (parcialmente/totalmente)

3 Estados não se pronunciaram (BA, RO e RS)

Síntese das Respostas dos Estados:

Apenas 7 Estados fizeram observações nas respostas a esta questão. Os que o fizeram foram além da avaliação sobre a pertinência dos textos introdutórios das etapas e áreas para apontar questões estruturais e conceituais dos textos introdutórios, a maior parte delas já mencionadas anteriormente e reforçadas aqui, e para tecer comentários sobre áreas. O Espírito Santo observa que faltam organização, aprofundamento, conexão, embasamento e interlocução/diálogo da/entre as áreas e faz comentários específicos em relação à EJA - “É preciso deixar claro [quais são] as concepções e diretrizes epistemológicas. A alfabetização não é citada na EJA, só trata de letramento. A questão do adolescente e idoso não está contemplada” Também avalia que o protagonismo juvenil não está contemplado para além da inserção no mercado de trabalho. Minas Gerais critica a repetição nos textos e pede que sejam sintetizados. Além disso, avalia que falta coerência na definição dos termos componentes curriculares e unidades curriculares. Também sugere maior alinhamento entre sumário (índice) e os textos introdutórios das áreas. O Rio de Janeiro defende a reestruturação das seções, o que, avalia, levaria a uma “aglutinação de conteúdo”.

O Pará reforça sua crítica de que falta diálogo entre as etapas. O DF afirma que é preciso suprimir repetições, redundâncias e confusões conceituais. Diz ainda que as seções e os temas especiais não se relacionam aos objetivos de aprendizagem e propõe “incluir em todas as áreas do conhecimento temas de gênero e sexualidade, diversidade sociocultural, ambiental e territorial, sustentabilidade, política, laicidade do Estado e da educação, pensamento crítico, protagonismo, participação e luta social; questões relacionadas às pessoas com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento, Altas Habilidades e Superdotação”. Avalia que a Base desvaloriza os saberes dos povos tradicionais e pede maior defesa do combate à xenofobia, racismo, homofobia, e preconceitos de forma geral. A Bahia reafirma que todas as modalidades devem receber tratamento semelhante ao dispensado à modalidade da Educação Especial, pede a inclusão da EAD e Educação Técnico Profissionalizante como modalidades, e retoma a distinção entre modalidade e temas especiais.

COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS SOBRE AS ÁREAS DE CONHECIMENTO E OS EIXOS DE FORMAÇÃO PODEM SER INSERIDOS ABAIXO (preenchimento opcional)

LINGUAGENS

Síntese das Observações dos Estados:

Há comentários bastante pontuais, indicando substituição/inclusão de expressões ou palavras.

Destacaremos aqui as observações mais gerais em relação à área de Linguagens:

A maior parte dos 15 Estados que se manifestaram apresentaram críticas ao teor desta seção, em relação à concepção, à confusão conceitual, à falta de padrão no tratamento entre as diferentes linguagens; dois Estados manifestaram-se a favor da inclusão das Libras como linguagem. Ressalva para o Estado do Piauí, que faz uma avaliação positiva: “O texto dialoga com os desafios atuais apresentados pela área de linguagens, considerando os diferentes perfis do estudante. Destaca o respeito à variedade de linguagens, contribuindo para o letramento e para a comunicação e expressão dos estudantes.”

Apontamentos críticos, por Estado:

- ✓ DF: Há “supressão da subjetividade em todo o texto da Base, de forma a ignorar questões procedimentais, comportamentais e atitudinais”. Também não se incluem as Habilidades Socioemocionais na Base. E esse aspecto é uma questão de linguagem que deve permear todas as áreas do conhecimento, uma vez que as linguagens se inter-relacionam. Há que se considerar os estudantes que chegam à escola sem linguagem sistematizada, bem como aqueles cuja primeira língua é outra (estudantes surdos, indígenas e estrangeiros). Sugere-se introduzir libras como componente curricular.
- ✓ MG: Falta integração entre os textos introdutórios dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.
- ✓ PR: Explicitar a diferença entre linguagem e língua portuguesa; inserir a relação entre texto e o interlocutor pretendido; acrescentar o componente curricular LIBRAS.
- ✓ RJ: Na área de Linguagens não houve um tratamento uniforme e coeso entre os componentes curriculares, por exemplo, são utilizados conceitos diferentes para uma mesma finalidade: campo, dimensão, prática e linguagens. Além disso, não há um texto introdutório amarrando os diferentes componentes em uma única área do conhecimento, conforme apresentado na área de Ciências da Natureza.
- ✓ SC: O componente não se articula com os temas transversais e os definidos na base como especiais. Chama a atenção que o componente da língua portuguesa na área das linguagens foi o que especificou o maior número de objetivos de aprendizagem. Sugere-se uma revisão dos objetivos de aprendizagem aumentando a demanda cognitiva, não se confundam com tarefas e se identifiquem de fato com ações de aprendizagem e não de ensino.
- ✓ SE: Constatou-se que os componentes curriculares não seguiram a mesma estrutura textual dentro da área do Conhecimento. Educação Física teve destaque na forma como expôs resgatando os objetivos e direitos de aprendizagem, em contrapartida os outros componentes não se atentaram para estrutura.

MATEMÁTICA

Três Estados elogiam a seção de Matemática, embora dois deles faça ressalvas. O Piauí diz que o texto “apresenta o ensino da matemática como **processo dinâmico, abrangente que permite a compreensão do mundo e das práticas sociais**, qualificando o estudante para o mundo do trabalho”. Já o Pará observa que esta é a área que “melhor apresenta um **olhar interdisciplinar** entre a sociedade e a produção do conhecimento”, mas aponta a necessidade de ampliar a seção - “**não é perceptível como os direitos de aprendizagem serão conquistados** pela área” Também critica a menção ao PCN como documento norteador do trabalho pedagógico, por este não se constituir mais como política oficial. O Mato Grosso do Sul aponta que os textos introdutórios de Matemática estimulam o desenvolvimento do componente curricular com amplas possibilidades de trabalho, mas pontua que alguns **objetivos específicos limitam o uso de recursos pedagógicos**, como, por exemplo: construir circunferência com uso apenas de compasso.

- ✓ AM: **falta de articulação do conhecimento matemático** “instrumental” com o “universo natural e social, a partir do cotidiano do sujeito da aprendizagem”.
- ✓ BA: **diferenciação das ênfases dadas a cada eixo**, a depender do ano de escolarização.

- ✓ DF: o texto **não contempla questões filosóficas** inerentes ao componente e defende que a Matemática seja caracterizada como uma área de Linguagem.
- ✓ RJ: crítica a **não uniformidade** entre os termos utilizados e a substituição do eixo Espaço e Forma por Geometria nos anos iniciais do EF.
- ✓ SC: não há articulação com os temas especiais e com as outras áreas - principalmente com as ciências da natureza. Sugere-se uma **revisão dos objetivos de aprendizagem** aumentando a demanda cognitiva, não se confundam com tarefas e se identifiquem de fato com ações de aprendizagem e não de ensino.
- ✓ SP: Alguns objetivos gerais não se materializam nos objetivos específicos.

CIÊNCIAS HUMANAS

Síntese dos comentários dos Estados:

Os Estados que se manifestaram em relação à área de ciências humanas apontaram a **falta de interdisciplinaridade** entre as diferentes ciências, a **falta de progressão de complexidade** nos objetivos de aprendizagem ao longo dos anos, e pedem uma **maior intencionalidade na formação crítica**. São solicitadas diversas **revisões nas áreas de História e Geografia**. Há também pedidos pontuais de **ajustes de conceitos e substituição/inclusão de termos e expressões visando uma Base mais plural** – menos “eurocêntrica”, nas palavras do DF. Alguns Estados pedem maior ênfase na **perspectiva socioambiental**. Principais pontos, por Estado:

- ✓ DF: “A educação deve ser ampla e voltada para a **integralidade do ser humano**. O estudante deve ter acesso a todo patrimônio cultural, com vista à formação de um cidadão PLANETÁRIO. Considerar as **habilidades socioemocionais** para a promoção do exercício da alteridade, de forma a estabelecer uma sociedade saudável. Contribuir para a humanização das pessoas, para que o estudante se perceba como criador da própria vida e transformador da sociedade. Privilegiar horizontalmente as diversas matrizes culturais, históricas, filosóficas e geográficas da experiência humana e das sociedades, sem referendar a visão eurocêntrica, para que esta área seja cada vez mais diversa e inclusiva. Permutar História do Homem por da Humanidade. Estabelecer sequência histórica e comunicação com a Filosofia e a Sociologia.”
- ✓ BA: referência “à **formação cidadã para a vida social, o mundo do trabalho e a sustentabilidade**”.
- ✓ MA: necessidade de estabelecer um direcionamento claro para o exercício do indivíduo crítico, cômulo político capaz de intervir nas diferentes áreas de conhecimento, em que o Currículo deverá contemplar a consciência crítica, as habilidades de liderança, senso de **responsabilidade social, econômica e ambiental**.
- ✓ CE: “**baixo nível de coesão entre os textos nos componentes de Ciências Humanas e os eixos de formação posteriormente apontados no documento geral**”; críticas específicas à abordagem da História, dizendo que o texto ignora a Pré-história, a Idade Antiga e Média, considerando apenas no final do texto, o que é uma contradição. Sugere também a revisão do texto para a área do Ensino Religioso.
- ✓ SP: Necessária **revisão em história e geografia**, quanto aos objetivos, eixos temáticos e as etapas do conhecimento, principalmente nos anos iniciais (O Ensino de história e geografia desconsidera os avanços já sistematizados dos estudos e marcos legais, especificamente nas temáticas indígenas e africanas). **Não estabelece a interdisciplinaridade e articulação** entre as disciplinas. **Falta coerência na progressão da complexidade dos temas de conhecimentos**, especialmente na disciplina de história nos Anos Iniciais.
- ✓ SC: O componente **não se articula com os temas transversais** e os definidos na base como especiais. Sugere-se uma **revisão dos objetivos de aprendizagem aumentando a demanda cognitiva**, não se confundam com tarefas e se identifiquem de fato com ações de aprendizagem e não de ensino. Necessidade de maior explicitação dos conceitos trabalhados nos componentes de **história e geografia**.
- ✓ PR: Ausência de intencionalidade na formação crítica
- ✓ RJ: Os temas especiais devem estar presente em todas as áreas , não só em ciências humanas

CIÊNCIAS NATURAIS

Síntese dos Comentários dos Estados:

A maioria dos 14 Estados que se expressaram sobre esta área avalia que falta interdisciplinaridade tanto entre as ciências naturais como na relação destas com outros campos do conhecimento. São feitas diversas críticas a uma abordagem destas ciências descontextualizada das práticas sociais, especialmente em relação à Química, cujas aplicações cotidianas são pouco exploradas, e à Física que, na descrição de um Estado, recebe um tratamento “prolixo”, pouco prático. Acusa-se ainda a não articulação destas ciências com os temas especiais da Base. A falta de coesão entre os componentes também é apontada – entende-se que a estrutura usada para Biologia e Química não dialoga com a da Física. Defende-se ainda que se torne explícita conexão entre a aplicação dos conhecimentos destas áreas com a promoção do desenvolvimento sustentável e que os aspectos socioambientais da sustentabilidade se façam mais presentes nesta parte do documento.

A seguir os apontamentos principais por Estado:

- ✓ AM: Promover a **articulação inter e transdisciplinar** das dimensões históricas, culturais e tempo-espço. Contemplar os **aspectos socioambientais de sustentabilidade**.
- ✓ CE: Inserir importância da **interrelação das CN com os demais campos de conhecimento** (Matemática, Línguas...); Química: apesar do texto dizer que está presente nos processos do cotidiano e do desenvolvimento do país, não há exemplos de processos químicos no cotidiano; sugestão para Química, Física e Biologia: contextualizar essas áreas nos processos naturais e, posteriormente, como o conhecimento dessas áreas pode gerar desenvolvimento sustentável.
- ✓ DF: A caracterização dos componentes **privilegia o conteúdo e falta contextualização consubstanciada**. O conteúdo conceitual em Física é amplo e a abordagem prolixa, aspectos impeditivos da autonomia do professor. Ausência dos temas estruturantes/integradores. Rigidez impede inter e transdisciplinaridade.
- ✓ GO: Texto introdutório geral que o mesmo não apresenta a mesma concepção epistemológica do texto introdutório da área de conhecimento da Física. **Evidenciar a relação entre as ciências da natureza no EF com os componentes curriculares no ensino médio**.
- ✓ MG: Acrescentar contextualização sobre a questão socioambiental no texto introdutório. Questionamento da exclusão de zoologia e botânica. **Falta integração** entre os textos introdutórios dos anos finais do **ensino fundamental e ensino médio**.
- ✓ MS: Muitas menções a impactos ambientais causados pelos processos químicos, a **Química não se restringe a isso**.
- ✓ PA: Não é perceptível como os direitos de aprendizagem serão conquistados pela área.
- ✓ SC: **Não se articula com os temas especiais. Revisão dos objetivos de aprendizagem**.
- ✓ SE: A área apresentou **estruturas diferentes** para Química e Biologia (divisão de unidades) e para a Física.
- ✓ SP: Saúde e direitos relacionados à sexualidade estão apenas nos textos introdutórios, não se fazem presentes nos objetivos de aprendizagem. **Falta de interdisciplinaridade**.

ENSINO RELIGIOSO

Síntese dos Comentários dos Estados:

Houve uma grande diversidade de manifestações em relação a esta questão, que variaram da incorporação do ensino religioso como parte das ciências humanas à total supressão desse componente da Base. Foram registrados receios tanto de proselitismo como de desrespeito à diversidade de tradições religiosas existente. De uma forma geral, percebe-se, no entanto, uma preocupação com a laicidade do ensino e com o equilíbrio entre as manifestações religiosas em qualquer abordagem. Abaixo, os principais pontos levantados pelos Estados:

- ✓ AM: Respeito e valorização dos diferentes grupos étnicos na sua diversidade de tradições religiosas
- ✓ DF: **o Ensino Religioso deve ser revisto; se possível suprimido**, em especial porque a maior parte de suas matrizes textuais contém preconceitos explícitos. **É contraditório tratar da laicidade e inserir o conhecimento religioso**, ainda sem se definir o que ele vem a ser. Qualquer estudo como fenômeno religioso, em se tratando da diversidade étnico-racial, vai ferir algum grupo incluído na diversidade, porque na prática, o que acontece é o ensino do Cristianismo. Outra perspectiva é inseri-lo como componente curricular da área do conhecimento das Ciências Humanas.
- ✓ MA: Inclusão do Ensino Religioso como área do conhecimento SEM PROSELITISMO, conforme Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER) e na Lei 9.475 (de 22/07/1997).
- ✓ PR: Não se configura como área, mas como **componente da área de ciências humanas; sugestão de alteração para "Cultura Religiosa"**.
- ✓ SC: Sugere-se que a **área se mantenha plural** como se apresenta.
- ✓ SE: Texto sucinto e esclarecedor, mas Estado destaca posição de “alguns membros” do seu GT pela **incorporação do Ensino Religioso como componente curricular de Ciências Humanas** e não área do conhecimento.
- ✓ SP: **Preocupação com formação do educador que deverá ministrar a disciplina** e os objetivos de aprendizagem correm o **risco de serem convertidos em proselitismo**. **Objetivos de aprendizagem tocam em questões que são próprias das áreas do conhecimento filosófico e científico, risco de contradição** com as questões legais e (a exemplo, a LDB) e culturais.

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES FEITAS NOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão: Os objetivos de aprendizagem asseguram ao sujeito o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação de cada etapa?

Posição dos Estados em relação à EI (opções de resposta sim/parcialmente/não):

Em 12 Estados, a maioria respondeu “sim”

Em 14 Estados, a maioria respondeu “parcialmente”

1 não se manifestou - PI

Há apontamentos críticos mesmo nos que a maioria marcou “sim”

Questão: Como é possível assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento por meio dos objetivos de aprendizagem?

Síntese das respostas dos Estados:

Embora os posicionamentos de discordância e concordância em relação à etapa da Educação Infantil tenham praticamente se equilibrado do ponto de vista numérico, as manifestações dos Estados nos campos abertos a observações foram bastante diversas.

Entre os pontos citados, está a manutenção de uma **identidade própria da Educação Infantil, com receio de que não seja “escolarizada”** e resguarde as características e necessidades da infância. O Distrito Federal propõe uma “revisão geral do texto para que não haja confusão da educação infantil como ‘etapa de escolarização’”; MG pede que não se “antecipe” especificidades do ensino fundamental; o Espírito Santo afirma que a análise dos objetivos revela “uma abordagem cognitivista” da EI. Seguindo a mesma linha do DF, Goiás estende a preocupação com a identidade da Educação Infantil para além da seção que trata especificamente dessa etapa e, em parecer detalhado do seu GT de Educação Infantil encaminhado como anexo, propõe que a parte introdutória da Base, por se aplicar a todas as etapas da Educação Básica, seja revista de forma a contemplar a Educação Infantil. Para tanto, propõe, entre outras mudanças, que, em vez de o texto introdutório da Base mencionar que a BNCC deve orientar a elaboração de currículos para as diferentes “etapas de escolarização”, que use o termo “etapas educacionais”; e que, ao longo do documento, o termo “Escola” seja substituído por “Unidades Educacionais/instituições educacionais/educativas”; também defende que os sujeitos da Educação não sejam apenas apresentados como alunos e estudantes, mas também como crianças, abrangendo assim a EI.

Outros três Estados manifestaram **preocupação com o processo de avaliação** – Santa Catarina afirma que a estrutura dos objetivos de aprendizagem, da forma em que está posta na Base, “poderá criar a possibilidade de instrumentos de avaliação classificatória negando o desenvolvimento e aprendizagem da criança”; o MS avalia que a organização dos objetivos intenciona a “implementação de políticas de avaliação em larga escala na educação infantil, contrariando a legislação e os pressupostos teóricos da área”; o DF afirma que é preciso conduzir a avaliação nessa etapa de maneira “informal e processual”.

É importante registrar também a preocupação de pelo menos 3 Estados (MG, GO e ES) com a implementação de uma política de **formação de professores** de EI. O Espírito Santo reforça a formação continuada específica para os professores que atuam com os bebês.

Outro aspecto enfatizado nas observações de 3 Estados – Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro – foi, nas palavras de RJ, “a **ausência da relação com a comunidade e com os familiares nos objetivos de aprendizagem**”. MG pede “maior clareza da participação da família no acompanhamento do trabalho didático pedagógico e no desenvolvimento das crianças”; o DF propõe a inclusão de um texto sobre a Relação Família/Escola/Comunidade “dada a especificidade da etapa”.

Foi apontada ainda a necessidade de se incluir o **respeito às diferenças** que alguns Estados avaliam estar ausente **nos direitos e/ou objetivos de aprendizagem**. A Paraíba avalia que “os direitos de aprendizagem CONVIVER, PARTICIPAR E CONHECER-SE são insuficientemente contemplados com relação à questão das **diversidades socioculturais**: raça, etnia, gênero, crenças religiosas, orientação sexual, diferenças linguísticas, geracionais, de origem social, entre outros”. O DF pede a adequação dos objetivos, dentro dos campos de experiências “O eu, o outro e nós” e “Corpo, gestos e movimentos”, para as questões de **gênero e sexualidade**. Ambos os Estados apontam a ausência de objetivos de aprendizagem que contemplem o respeito à condição das **pessoas com deficiência** – preocupação que aparece também nas observações do Pará e do Amapá.

Há apontamentos relacionados à padronização da **nomenclatura**; além de diversas solicitações e **alteração/inclusão na redação dos direitos e nos objetivos de aprendizagem** – alguns Estados fazem referência ao que apontaram no 2º turno – é o caso de Alagoas, que apenas se manifesta no 3º turno para solicitar que as 76 sugestões de alteração aos objetivos de aprendizagem que apresentou no 2º turno sejam acatadas.

A leitura das considerações dos Estados não nos permite identificar uma tendência majoritária que aponte para uma determinada direção, mas, além dos temas citados acima, há outros mais controversos que emergem com força, por vezes colocando alguns Estados em posições diametralmente opostas. Esses temas serão detalhados a seguir:

Nesse sentido, uma das questões que mais mereceram atenção foi a **subdivisão da Educação Infantil em três faixas etárias**, mudança que ocorreu da 1ª para a 2ª versão da Base.

A maior parte dos Estados não fez referência a ela, ou fez sugestões a partir da divisão, em uma aprovação tácita da mudança. Outros Estados se expressaram claramente favoráveis à subdivisão, com ressalvas sobre a sua forma de operacionalização, algumas exatamente no sentido de esclarecer as características dos diferentes grupos etários. MG fala da necessidade de maior clareza quanto à classificação, apontando que ao longo do documento há diferença na definição da faixa etária. Santa Catarina avalia que é importante haver um “percurso formativo entre os grupos etários”. O Rio Grande do Norte pontua que é preciso realizar alterações, de acordo com o que apontou na etapa da análise dos objetivos de aprendizagem, “para garantir o desenvolvimento progressivo e alinhado entre os grupos etários”.

Cinco Estados (GO, MS, MT, MA e RJ) criticaram duramente a subdivisão. MS e MT apontam para uma fragmentação da infância e uma desconsideração da sua integralidade; o RJ afirma que é uma tentativa de “objetivar o que é subjetivo, simplificar o que é complexo” e sugere que seja organizada uma lógica da progressão do grau de complexidade dos objetivos em blocos de 1 a 3, sem divisão etária. Goiás, no seu parecer encaminhado com anexo, defende a supressão da divisão e a utilização da terminologia atual - creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos), conforme previsto na LDB 9394/96. Avalia a separação como um retrocesso político na defesa de uma educação integral e integrada das crianças na Educação Infantil, por entender que “favorece o retorno do atendimento das crianças menores de 3 anos pela esfera assistencial, o que não é desejável”. Classifica ainda o documento como conservador e pede a ampliação dos objetivos de aprendizagens para crianças de 0 a 6 anos. Também critica a categorização de crianças de até 18 meses como “bebês”, destituindo-lhes da titulação “crianças”. Para GO, os docentes e instituições de EI têm a obrigação de reconhecer as especificidades das crianças naquilo que as aproximam e as diferenciam.

A discussão sobre a organização etária apareceu muitas vezes articulada com a dos **objetivos de aprendizagem**. O DF pontua que os objetivos pensados no formato da progressão não apresentam coerência com as faixas etárias e alerta que os objetivos de aprendizagem sejam organizados de forma dinâmica a fim de que não haja rupturas. Santa Catarina avalia que os objetivos de aprendizagem da forma como estão postos não possibilitam totalmente o alcance dos direitos de aprendizagem, “pois

faltam algumas dimensões a serem contempladas”, em relação a “emoções, sensações, sócio emocional, leitura convencional ou não, sustentabilidade e natureza em todos os grupos etários”.

O MT, que é contra a subdivisão, afirma que a “compartimentalização” por faixa etária impede que os objetivos sejam explorados na sua integralidade; na avaliação desse Estado, os objetivos “impõem uma linearidade ao trabalho na educação infantil”, remetendo “a uma proposta pedagógica estruturalista, que homogeneiza as crianças”.

Causa controvérsia entre alguns Estados também o **lugar da alfabetização/letramento** na Educação Infantil. Alguns Estados criticam a ausência de **objetivos de aprendizagem relacionados à oralidade e práticas de leitura** – MG pede o acréscimo de objetivos que definam com maior clareza o desenvolvimento da consciência fonológica e a inclusão do letramento na educação infantil com maior ênfase em todos os campos de experiências. São Paulo aponta a falta de objetivos que desenvolvam um comportamento leitor.

Por outro lado, o Espírito Santo, Estado que foi bastante crítico à proposta de EI, alerta para a manutenção da apropriação da leitura e da escrita como função social, contemplada em vários objetivos, e “não com destaque e ênfase como se fosse o objetivo maior da educação infantil”.

Três Estados também cobraram objetivos de aprendizagem relacionados ao sistema de numeração e às aprendizagens ligadas à ordenação e classificação. A Paraíba aponta que “faltam objetivos de aprendizagem que contemplem a ordenação, seriação, classificação e contagem”; Rondônia pede que se acrescente um objetivo relacionado a isso para crianças bem pequenas, o de “utilizar diferentes estratégias materiais, suportes e procedimentos, para registrar e contar, construindo assim o conceito de número”. São Paulo propõe acrescentar objetivo que contemple números e sistema de numeração (Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

Comentários na íntegra:

- AL: Incluir alterações propostas aos objetivos de aprendizagem discutidos no 2º turno.
- AM: Observar Ata.
- AP: Em virtude de não estarem contemplados no material disponibilizado em mídia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), espaço específico para ajuste do Campo de Experiências intitulado “escuta, fala, pensamento e imaginação”, apontaremos a seguinte sugestão: “escuta, fala, comunicação, pensamento e imaginação”, visando contemplar a inclusão das crianças com deficiência.
- BA: acrescentar no direito de explorar...” em diferentes espaços e contextos”
- DF : I-IDENTIDADE: Realizar revisão geral do texto para que não haja confusão da educação infantil como “etapa de escolarização” (p. 44), para a padronização textual da educação infantil como educação básica, uma vez que as DCNEI assim as definem. II- CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS/SUBGRUPOS ETÁRIOS/OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM: Estruturar o texto para que fique mais enxuto, a exemplo do texto sobre campos de experiências. Considera-se que os objetivos pensados no formato da progressão não apresentam linearidade e coerência com as faixas etárias e em alguns casos entre si e com os campos de conhecimento. Isto posto, a proposta é de que os objetivos de aprendizagem sejam organizados em um sistema dinâmico para que não haja rupturas. III- AVALIAÇÃO: Tratar da avaliação informal e processual. Suprimir a palavra “comportamento” (pág. 60, 2º§). IV – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Incluir no Campo de Experiências “escuta, fala, linguagem e pensamento” às crianças com deficiências e especificamente as surdas. V – RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA/COMUNIDADE: Inclusão de um texto sobre a Relação Família/Escola/Comunidade dada a especificidade da etapa. VI – DIVERSIDADE CULTURAL: Adequar objetivos, dentro dos campos de experiências “ O eu, o outro e nós” e “ Corpo, gestos e movimentos” quanto a necessidade de especificar as questões de gênero e sexualidade.

- MG: 1-O mesmo campo está nomeado com duas nomenclaturas: Traços, Sons, Cores e Imagens, em outros momentos Traços, Sons, Formas e Imagens. Sugerimos: Traços, Sons, Formas, Cores e Imagens. 2-Objetivo EIBPEO02, fazer uso de PAPEIS sociais.3-Objetivo: EIBEE05, PERCEBER as sensações...4-Objetivo:EIBEE04, MANIFESTAR OU EXPRESSAR suas necessidades... 5- Acrescentar objetivos de aprendizagem que definem com maior clareza o desenvolvimento da consciência fonológica. 6-INTrodução: 3º Parágrafo - ...uma nova concepção sobre como educar e cuidar das crianças da EI , bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, em instituições educacionais.7-objetivos de aprendizagem e desenvolvimento - 3ºparagrafo - sinalizamos a necessidade de maior clareza quanto a faixa etária. Ao longo do documento há diferença na definição da faixa etária. 8- Letramento na educação infantil, necessitamos de maior ênfase ao longo de todos os campos de experiências. 9- Maior clareza da participação da família no acompanhamento do trabalho didático pedagógico e no desenvolvimento das crianças. Trabalho compartilhado entre a família e a escola. 10- Reforçamos a necessidade de implementação de uma política de formação para os professores de educação infantil. 11-Resguardar a especificidade da educação infantil, não antecipando especificidades do ensino fundamental.12-Formação continuada específica para os professores que atuam com os bebês.
- ES: "Durante a análise dos objetivos, percebemos uma abordagem cognitivista. Alguns deles não privilegiam o trabalho com os campos de experiência, seus verbos de ação não estão em consonância com as diretrizes curriculares nacionais da educação infantil. É imperativo que: se mantenha os campos de experiências; a manutenção dos objetivos por grupos etários (fortalecendo o conceito de infância e suas especificidades), e não por idade; as interações e brincadeiras como eixos da educação infantil (conforme DCNEI/2009, art.8º), possibilitando a aprendizagem e socialização; manutenção da apropriação da leitura e da escrita como função social, contemplada em vários objetivos, e não com destaque e ênfase como se fosse o objetivo maior da educação infantil. "
- GO: CONVIVER democraticamente e de modo socialmente digno com outras crianças e adultos, com eles interagir, utilizando diferentes linguagens, para se expressarem ampliar por diferentes meios e materiais o conhecimento e o respeito em relação à natureza, à cultura e às diferenças entre as pessoas. BRINCAR cotidianamente de diversas formas, interagindo e recriando as culturas, acessando, o patrimônio cultural, social, artístico, científico e tecnológico, apropriando-se de conhecimentos e desenvolvendo experiências e capacidades [...] PARTICIPAR com protagonismo de modo ativo, sendo ouvida e considerada como importante interlocutora nos processos decisórios [...] EXPLORAR movimentos, gestos, sons, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, linguagens artísticas, tipos de materiais, objetos, elementos da natureza, no contexto urbano e do campo, interagindo com diferentes grupos e ampliando o repertório cultural, estético e artístico, ambiental, científico e tecnológico de seus saberes, linguagens e conhecimentos. Substituição do termo: Substituir o termo EXPRESSAR, por COMUNICAR [...] CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas, interações, atividades e brincadeiras vivenciadas na instituição de Educação Infantil. (Ampliação da resposta no parecer técnico do GT de Educação Infantil).
- MA: Após análise dos objetivos de aprendizagens, porém, o GT de Educação Infantil não concorda com a subdivisão dos grupos etários (Bebês, Crianças bem pequenas e Crianças pequenas) apresentada na segunda versão da BNCC.
- MS: "Os objetivos elencados pelo documento atendem parcialmente a garantia dos direitos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, considerando que:
- a fragmentação etária que organiza os objetivos, de forma compartimentalizada, impede que os objetivos sejam explorados na sua integridade, respeitando suas especificidades e potencialidades;

- os objetivos impõem linearidade ao trabalho na educação infantil, remetendo a uma proposta pedagógica estruturalista, que homogeneiza as crianças;
- a organização dos objetivos intenciona à implementação de políticas de avaliação em larga escala na educação infantil, contrariando a legislação e os pressupostos teóricos da área;
- alguns objetivos contrariam as orientações, de pesquisas e de documentos oficiais, em relação à exploração dos campos de experiências na educação infantil.
- MT: Conforme os Art.3º e 4º da DCNEI e o Art.30 da LDB entendemos a criança como um ser em desenvolvimento. Isso implica conferir plenitude ao momento da infância, porque esta possui sentido em si mesma. Assim, a Educação Infantil deve ser e estar voltada para a formação humana com um olhar para o desenvolvimento integral da criança concreta. Uma criança que se relaciona com o mundo, com a sociedade, com elementos da natureza, com seus pares e com os adultos. Compreende-se que os profissionais da EI e toda a comunidade escolar são os mediadores da proposta pedagógica vivenciada na realidade da escola, com olhar individualizado observando e mediando o desenvolvimento das crianças. O GT de EI não concorda com a divisão em subgrupos etários conforme apresentado na segunda versão da BNCC, pois este além de estar contrária a LDB, DCNEI e as concepções de EI pautada em diversos pesquisadores e teóricos da área, traz uma concepção de fragmentação da infância e da criança desconsiderando-a como ser integral, que se desenvolve num processo contínuo, não linear, por intermédio das interações e das brincadeiras.
- PA: "Direito de CONVIVER: deve ser inserido o termo “diferentes faixas etárias” após a palavra crianças.
 - Direito de PARTICIPAR – após a expressão “tanto do planejamento da gestão da escola” incluir “como das relativas às atividades propostas pelo(a) professor(a)”. E antes da palavra linguagens inserir “diferentes”.
 - Direito de EXPRESSAR – após a palavra sujeito incluir “dialogico”.
 - Direito de CONHECER-SE – substituição do termo “instituição” por “escola” e acrescentar o termo “ e em seu contexto familiar” e inserir após o termo brincadeiras “diferentes linguagens”.

Entendemos que a análise proposta foi prejudicada qualitativamente, pois a questão central da discussão objetiva articular os objetivos de aprendizagem com os “direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. Contudo esta análise deveria também considerar os direitos de aprendizagem dos campos de experiência.

Considera-se necessário incluir de forma explícita os direitos da criança com deficiência inclusive inserindo objetivos de aprendizagens por campo de experiência.

Proposição de substituição, em todo o texto da BNCC, o termo instituição por “escola de educação infantil”, ampliando a compreensão.

- PB: Os **direitos de aprendizagem CONVIVER, PARTICIPAR E CONHECER-SE são insuficientemente contemplados com relação à questão das diversidades** sócio-culturais: raça, etnia, gênero, crenças religiosas, orientação sexual, diferenças linguísticas, geracionais, de origem social, entre outros. Faltam objetivos de aprendizagem que contemplem a valorização e o respeito às diferenças. Identificamos, também, a ausência de objetivos de aprendizagem que contemplem o respeito à condição das pessoas com deficiência.
- PB: Igualmente, **não foram contempladas as diversas formas de participação das crianças** nos processos de tomada de decisão. (PB)
- O direito de aprendizagem EXPLORAR não contempla as formas, texturas e cores variadas, e isto se reflete na não correspondência destes aspectos nos objetivos de aprendizagem (faltam objetivos de aprendizagem que contemplem a ordenação, seriação, classificação e contagem). Tal constatação é incompatível com o acúmulo de experiências e valores que a sociedade brasileira já construiu e que foi incorporado pela educação brasileira em geral e a educação infantil em especial.

- PR: Os objetivos de aprendizagem possibilitam parcialmente o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para a etapa, tendo em vista que a BNCC contempla aspectos básicos que serão ampliados pela parte diversificada das propostas pedagógicas, bem como depende das relações que serão construídas pelos sujeitos nos diferentes contextos.
- RJ: Sugestões: Acrescentar ao item "Explorar" após a expressão "elementos da natureza" a palavra tecnologia; Substituir no item "Expressar" a palavra "elaborados" por "construídos"; Revisar os verbos nos objetivos de aprendizagem : Como a BNCC diz na p. 63, "os campos... crianças", os objetivos deveriam utilizar os verbos SIGNIFICAR, OBSERVAR, QUESTIONAR, INVESTIGAR, SE POSICIONAR, etc. Percebeu-se também, a ausência da relação com a comunidade e com os familiares nos objetivos de aprendizagem, conforme proposto na p. 64. É necessário considerar as diferenças de oportunidades das crianças em um país tão diverso e desigual, além do fato de que os percursos educativos, nessa etapa da educação, podem ser muito diferentes. Portanto, como separar os objetivos por bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 a 6 anos e 2 meses)? Essa organização por faixa etária tenta objetivar o que é subjetivo, simplificar o que é complexo. Sugere-se que seja apresentada a lógica da progressão do grau de complexidade dos objetivos em blocos de 1 a 3, sem divisão etária; Incluir o campo de experiências: natureza e sociedade.
- RN: O GT considera que algumas alterações devem ser realizadas de acordo com as sugestões apontadas na etapa da análise dos objetivos de aprendizagem, para garantir o desenvolvimento progressivo e alinhado entre os grupos etários.
- RO: Acrescentar objetivo de aprendizagem na etapa de crianças bem pequenas (campo 5): Utilizar diferentes estratégias materiais, suportes e procedimentos, para registrar e contar, construindo assim o conceito de número.
- RR: PARTICIPAR ativamente, junto aos adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e garantir por meio de conselho escolar e grêmios estudantis, como da realização das atividades da vida cotidiana: da escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- SC: "Os objetivos de aprendizagem não possibilitam totalmente o alcance de todos os direitos de aprendizagem, pois faltam algumas dimensões a serem contempladas. Podem ser contemplados alguns objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em relação à: emoções, sensações, sócio emocional, leitura convencional ou não, sustentabilidade e natureza em todos os grupos etários. A forma estante apresentada pode ocasionar práticas planejadas por listagem de atividades e "conteúdos", bem como a estrutura dos objetivos de aprendizagem da forma em que esta posta na Base, poderá criar a possibilidade de instrumentos de avaliação classificatória negando o desenvolvimento e aprendizagem da criança.
Importância de ter um percurso formativo entre os grupos etários. Na educação infantil os campos de experiências e objetivos de aprendizagem devem aparecer em movimento circular, esquemas conceituais, (imagem ilustrativa). Pois eles se inter relacionam. Sugestão de Novo Objetivo Dentro do campo: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações sugerimos a inclusão de um novo objetivo de aprendizagem. • Vivenciar elementos e fenômenos naturais como: luz solar, vento, chuva, temperatura, mudanças climáticas, relevo, paisagem, entre outros. Definir o conceito de experiência e vivência dentro da base indicando quais conceitos mais adequados para se referir ao contexto da Educação Infantil. "
- RS: "No Rio Grande do Sul, podemos considerar a resposta ""PARCIALMENTE"", uma vez que foi aprovada a seguinte proposta (EICPEF03) substituir o termo ""ditar"" por ""produzir""
- SP: Observamos a ausência de objetivos que contemplem o trabalho com a oralidade e as práticas de leitura que desenvolvam um comportamento leitor (Escuta, fala, pensamento e imaginação). Acrescentar objetivo que aborde o cantar em diferentes situações (Traços, sons,

cores e imagens). Acrescentar objetivo que contemple números e sistema de numeração (Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações).

- SE: Durante esse período de discussão sobre a educação infantil, tivemos a oportunidade de perceber o quanto é importante direcionarmos de forma mais precisa os nossos conteúdos e objetivos, visando uma educação de qualidade de fato. Vimos que a proposta da Base nos traz conteúdos claros e objetivos, pois o mesmo se preocupa com a criança de forma a atender suas fases de desenvolvimento.
- TO: Para garantir o direito de aprendizagem e desenvolvimento é necessário assegurar a proposta da BNCC contida nos objetivos de aprendizagem distribuídos entre os 3 níveis da educação infantil; Considerando as crianças como cidadãos de direitos, como sujeitos ativos, criativos, competentes e com saberes. Para garantia desses direitos, torna-se necessário superar as fragmentações do conhecimento, buscando, acolhendo e incentivando as práticas culturais e sociais das crianças; e das comunidades, as diferentes linguagens simbólicas, que nelas estão presentes, além de conhecimentos sistematizados pela cultura e pela ciência.

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES FEITAS NOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS SOBRE OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Questão: Os objetivos de aprendizagem asseguram ao sujeito o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação de cada etapa?

Posição dos Estados em relação ao EF (opções de respostas: sim/parcialmente/não):

13 Estados com maioria manifestando “sim”

12 Estados com maioria manifestando “parcialmente”

1 Estado com maioria manifestando “não”

1 não se manifestou - RJ

Há apontamentos críticos mesmo nos que marcaram “concordo totalmente”

Questão: Como é possível melhorar o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação da etapa por meio dos objetivos de aprendizagem?

Síntese das respostas dos Estados:

Observa-se nas considerações sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental uma recorrência de pedidos por uma **redação mais clara dos objetivos de aprendizagem**, e por uma **melhor articulação** destes **com os eixos de formação**.

Embora não vamos detalhar aqui sugestões de alteração e reformulação de objetivos específicos, que foram objeto de uma outra etapa dos Seminários, vale registrar que os Estados usaram esse espaço para fazer observações gerais de diferentes naturezas, mas com destaque para os **verbos escolhidos no enunciado dos objetivos**, criticados por se repetirem da mesma forma de um ano para o outro ou por proporem ações excessivamente simples ou passivas por parte dos estudantes. O DF pede para “revisar verbos dos objetivos de aprendizagem substituindo os que impõem limites ao pensamento do aluno por aqueles que solicitem ações de **investigação, registro, análise**, de acordo com as habilidades pertinentes a cada ano”. O MT pede para incluir o verbo “investigar” nos objetivos de aprendizagem da área de Ciências da Natureza; o ES diz que o verbo de ação cognitiva “utilizar” não cabe em muitos objetivos de Linguagens.

Para além do debate sobre a linguagem utilizada, é apontada a **falta de uma perspectiva crítica nos objetivos**. A Bahia pede objetivos que possam dar mais visibilidade à construção do pensamento crítico e à autonomia; Minas Gerais reafirma a importância da “críticidade e postura investigativa para além da sala de aula”; o Acre pede objetivos que contemplem “a capacidade de desenvolver senso de responsabilidade, reconhecimento e acolhimento das diferenças, adoção de atitudes cooperativas em

favor do bem comum”; o Alagoas propõe a ampliação dos objetivos de aprendizagem com foco no desenvolvimento integral do sujeito.

Também recebe críticas a grande **quantidade de objetivos**. Santa Catarina aponta que o “excesso” de objetivos” prejudica a compreensão didática. “Sugerimos agrupar os campos, sintetizando e articulando os objetivos. Lembramos que documentos já foram elaborados pelo Ministério da Educação, por especialistas da área e professores, como: Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e Pró-Letramento, devem ser consultados, já que as tabelas de objetivos de aprendizagem desses materiais estão sistematizadas de uma forma mais acessível para o planejamento do professor”, afirma SC, em uma preocupação, também expressa pelo Acre, de que o **documento esteja mais claro para o professor**.

Tocantins propõe eliminar termos genéricos e objetivos duplicados; hierarquizar objetivos complexos do ano/série em detrimento dos mais simples; excluir objetivos que não contemplam o componente curricular da área específica; excluir aqueles que não atendem à maturidade cognitiva e cronológica dos estudantes.

Aparecem com frequência também as solicitações por uma **adequação dos objetivos de aprendizagem em relação à idade/série** ou à **progressão de complexidade ao longo dos anos**. Pelo menos cinco Estados fazem pedidos nesse sentido, seja de forma geral ou para áreas específicas. Paraná e Alagoas propõem adequar e/ou reestruturar os objetivos de aprendizagem para o ano correspondente. O Ceará pede para observar a evolução do grau de complexidade de um ano para outro; Tocantins propõe a exclusão de objetivos que “não atendem a maturidade cognitiva e cronológica dos estudantes”; o Maranhão faz observações específicas para o componente História – “do 4º e 5º anos, há necessidade de maior unidade nos objetivos e no nível de progressão e complexidade dos mesmos”.

Vários Estados destacam aspectos relacionados à **falta de organicidade da proposta** de EF I. Goiás e Santa Catarina apontam a **falta de articulação entre os objetivos de aprendizagem e os eixos de formação** – GO defende que é preciso melhorá-la especialmente nos componentes curriculares História, Arte, Matemática, Geografia e Educação Física.

Bahia, Espírito Santo e Paraíba apontam a **falta de diálogo entre as áreas** – no caso de ES e PB, a crítica é específica para as áreas de História e Geografia, nas quais, argumenta, “percebe-se uma abrangência maior em história (voltados para aspectos mundiais) e em Geografia uma discussão restrita ao território nacional”. O DF avalia que o documento desconsidera a transição entre etapas/segmentos; e SP e PB acusam a falta dos temas especiais. “Os **temas integradores precisam estar presentes de maneira explícita nos objetivos** de aprendizagens de todos os anos, nos diferentes componentes curriculares, progressivamente”, afirma SP.

A **ausência da Saúde** é lembrada por três Estados – Pernambuco e Bahia pedem que seja contemplada nas articulações com as áreas de Educação Física e Ciências Naturais; já São Paulo propõe que esteja presente como tema integrador.

A discussão sobre a **formação de professores** e gestores é trazida por outros três Estados como condição necessária para a efetivação dos objetivos propostos – Alagoas, Amazonas e Minas Gerais. O AM afirma que é preciso assegurar a reformulação dos currículos das formações iniciais (IES) e continuada em serviço, “bem como a garantia de acesso aos programas de formação lato e stricto sensu”. MG fala da necessidade de investir na valorização dos profissionais da educação, ofertando e ampliando os programas de formação para os docentes e gestores da educação básica, e fomentando o trabalho interdisciplinar.

Também foi apontada por quatro Estados (AC, ES, PE e SP) de diferentes formas a **ausência de uma perspectiva da sustentabilidade socioambiental** nos Anos Iniciais.

Outros Apontamentos Gerais:

- **Sobre objetivos de aprendizagem e eixos:**
 - Relacionar os objetivos às práticas cotidianas vivenciadas pelos alunos (AC);
 - Evitar nos objetivos o direcionamento das metodologias a serem empregadas (P.ex: Fazer perguntar, desenhos, Paineis...) (MT)
 - Acrescentar questões referentes aos cuidados com o patrimônio natural, instrução e sensibilização da necessidade da melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade (AC)
 - Ampliar a proposição dos objetivos para garantir o exercício pleno da cidadania dos alunos (AC)
 - Rever a relação dos objetivos de cada área porque dependendo do verbo não contempla os eixos sinalizados (DF)
 - Esclarecer a diferença entre o eixo leitura de mundo natural e social e o eixo solidariedade e sociabilidade (DF)
 - Alguns “Objetivos Gerais” das Áreas de Conhecimento abaixo citadas, merecem estar assegurados também em outros Eixos de Formação.
“Linguagens”: EFFILI02 – relacionar-se também ao Eixo Ética e Pensamento Crítico; EFFILI04 – relacionar-se também ao Eixo Solidariedade e Sociabilidade. “Matemática”: EFFIMT01 - relacionar-se também ao Eixo Ética e Pensamento Crítico; EFFIMT05 - relacionar-se também ao Eixo Ética e Pensamento Crítico; EFFIMT06 relacionar-se também ao Eixo Ética e Pensamento Crítico e no Eixo Leitura do Mundo Natural e Social. “Ciências da Natureza”: EFFICN02 - relacionar-se também Eixo Ética e Pensamento Crítico e no Eixo Leitura do Mundo Natural e Social; EFFICN03 - relacionar-se também ao Eixo Letramentos e capacidade de aprender; EFFICN04 – relacionar-se também Eixo Solidariedade e Sociabilidade; EFFICN05 – relacionar-se também ao Eixo Leitura do Mundo Natural e Social. “Ciências Humanas”: EFFICH01 – relacionar-se também ao Eixo Letramentos e Capacidade de aprender; EFFICH02 – relacionar-se também ao Eixo Ética e Pensamento Crítico; EFFICH04 - relacionar-se também ao Eixo Solidariedade e sociabilidade (SE)

- **Sobre esquemas conceituais gráficos:**
 - Esclarecer (sugere-se com fluxograma) a interligação entre os objetivos gerais; os eixos de formação, os campos/dimensões/unidades de conhecimentos de atuação com os objetivos de aprendizagem (TO)
 - Incluir esquemas, organogramas, quadros sinópticos, caixas, a fim de dar ao texto caráter mais didático (DF)

- **Sobre Nomenclatura/Terminologia:**
 - Confunde (p.34-35) temas especiais com modalidades de ensino (DF)
 - Conceituar modalidade, etapa, segmento, fase, área, eixo, campo (DF)

- **Sobre capacidade de aprender:**
 - substituir o termo “capacidade de aprender” por “habilidade a ser desenvolvida”, visto que a “capacidade de aprender” é pressuposta em todos os eixos (CE);
 - “Capacidade de aprender” não pode ser tratada como eixo de formação, tendo em vista que a escola não fomenta a capacidade de aprender: sujeitos nascem com ela;

- **Sobre Diversidade:**
 - Incluir palavras como racismo, homofobia, misogenia, etc para se desenvolver atitudes éticas frente às discriminações;

- Incluir orientações quanto as adaptações curriculares e avaliações dos estudantes da Educação Especial.
- Sobre **Interdisciplinaridade**:
 - Abordar a variedade de gêneros textuais nas diferentes áreas do conhecimento (DF);
 - Oportunizar momentos de interação entre os educandos, de forma que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento (PB)
 - Investir na formação docente, inicial e continuada, para o trabalho com a interdisciplinaridade, reafirmando a importância do planejamento
- Orientar para que os currículos articulem e incorporem os saberes e culturas presentes na vida cotidiana na prática da sala de aula (MG)
- Inserção das tecnologias de informação e comunicação (TO)
- Salientar a importância do trabalho com o desenvolvimento das competências socioemocionais na escola (CE)
- Implantar, implementar e ou fortalecer a gestão democrática (MG)
- Atualizar o termo pessoa com deficiência e não utilizar o termo deficiente (PB);
- Assegurar condições estruturais (físicas e logísticas) de apoio ao desenvolvimento de práticas educativas em espaços formais e não formais para efetivação do ensino e da aprendizagem (AM)

Observações por área (registradas nas respostas gerais, não nos campos específicos das áreas):

- Em relação a LINGUAGENS:
 - falta explicitar a concepção de "língua", que dever ser tratada na perspectiva discursiva e dialógica, que não separa leitura de escrita; a separação dos gêneros textuais por série não se justifica; a divisão dos objetivos por campo de atuação não é necessária (ES)
 - Acrescentar objetivos, nas turmas de 4º e 5º anos, voltados para aprendizagem das concordâncias nominais e verbais (PB);
 - Especificamente em Língua Portuguesa no ciclo de alfabetização, termos devem estar mais claros, tendo em vista que o professor é unidocente, para permitir melhor visualização dos conteúdos (MA)
 - 1º ano - LP - correção no texto para "meses do ano" \ \ \ 2º ano LP Faltam os objetivos EF01LP 27 E 28.\ \ \ EF02LP37 consideramos o objetivo sem clareza \ \ \ 3º ano LP: a sequência dos objetivos e os códigos não conferem (RO)
 - No 1º ano, o objetivo relacionado à habilidade de escrever narrativas, pois se entende que só é possível a partir do 2º ano (RR)
 - Os eixos de formação Letramento e capacidade de aprender, Leitura do mundo natural e local, Ética e pensamento crítico, Solidariedade e Socialização, promovem e estão em consonância com os eixos da LP: Oralidade/Sinalização, Escrita, Leitura, Conhecimento sobre a língua e sobre a norma, mas não articulado com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (SC)
 - A literatura afro e indígena (identidade cultural)- não aparecem de modo explícito (BA)
 - reforçar os objetivos de aprendizagem relacionados à produção de texto; incentivar o diálogo e a escuta com as crianças (CE)
- Em relação a MATEMÁTICA:

- não definir limite na ordem numérica por ano; alguns objetivos vão até o 3º ano e retomam apenas no 5º (BA)
 - Abordagem da Matemática deve contemplar sua função social (ES)
 - Em matemática não houve clareza em alguns dos objetivos propostos bem como pertinência, tendo sido apontadas algumas modificações (RR)
 - Incluir os seguintes objetivos de aprendizagem: 1º ano: Adquirir noções básicas de simetria. 2º ano: identificar os eixos de simetria de uma figura; 3º ano: Usar eixos de rotação, reflexão e translação para criar composições. (por exemplo: mosaico ou faixas decorativas, utilizando malhas quadriculadas). (MT)
- Em relação a HISTÓRIA:
 - Os objetivos de aprendizagem precisam estar mais claros no que se refere à formação dos povos brasileiros, uma vez que não citam todos os grupos de imigrantes que participaram da construção do povo brasileiro. (RR)
 - fragmentação de objetivos ;impossibilidade de observar a progressão; objetivos de história e geografia não dialogam entre si (BA)
 - Nos 4º e 5º anos, há necessidade de maior unidade nos objetivos e no nível de progressão e complexidade dos mesmos (MA)
 - os objetivos de 4º e 5º ano precisam atender contextos mais locais do país e não de outros, como está proposto; os objetivos de história e geografia de 4º e 5º ano não dialogam entre si, o que precisa ser revisto (ES)
 - Trabalhar, desde o 1º ano, as questões etnicorraciais, previstas em lei (PE)
 - Adequar objetivos do 4º/5º ano, pois deixam de contemplar conteúdos do Município, Estado e País (na 1ª versão da BNCC, estavam condizentes) - PR
 - Objetivos do 5º ano não contemplam a totalidade do Brasil, sua ocupação, Estado, nacionalidade, nativismos, memória, patrimônio e sujeito, apontando para a necessidade do estudo do território brasileiro em seu contexto histórico, geográfico, político e cultura; não há um objetivo específico contemplando a história do Brasil (RN)
- Em relação a GEOGRAFIA:
 - Ampliar os objetivos de aprendizagem da Geografia, contemplando, de forma mais abrangente, a geografia humana (CE);
 - Articular melhor os objetivos entre as áreas de História e Geografia, pois, percebe-se uma abrangência maior em história (voltados para aspectos mundiais) e em Geografia uma discussão restrita ao território nacional – PB
 - Retomar os objetivos de aprendizagem de 1º ao 5º ano da 1ª versão da BNCC (PR).
- Em relação a CIÊNCIAS NATURAIS:
 - articular ciências com educação física com abordagem na saúde - BA
 - existem objetivos repetidos por série dentro das temáticas - ES
 - a sustentabilidade deve ser tratada na perspectiva do compromisso político para atender aos eixos - ES
 - Falta apropriação do conhecimento socioambiental e sustentável (cuidar de si, do outro e do planeta) no primeiro ciclo, utilizar melhor os termos preservar e conservar e contemplar os quatro eixos de acordo com os PCNs - PE
 - No objetivo (EF02CI02) Sugere-se que seja acrescentado o mapa conceitual e vídeos como recursos didáticos; No objetivo (EF03CI06) Sugere-se que a identificação do problema do descarte de resíduos não se restrinja somente a água, mas ao ambiente. No objetivo (EF01CI09) sugere-se que seja acrescentada a função locomotora na identificação das diferenças anatômicas; - RR
 - Suprimir dois objetivos de aprendizagens: EF02CII I e EF04CII I - MT

- Em relação a EDUCAÇÃO FÍSICA:
 - quantidade excessiva de conteúdos em Ed. Física nos anos iniciais (MA);
 - Não aborda o conhecimento sobre o corpo - articular educação física e ciências naturais do ponto de vista da saúde (BA)
 - Alguns verbos não articulam o objetivo aos eixos. Nem sempre os objetivos contemplam o eixo letramentos e capacidade de aprender por falta de esclarecimento do termo letramento (GO)
 - Fazer referência à promoção da saúde e à psicomotricidade (PE)
 - Textos referentes a ética e pensamento crítico, em parte não são contemplados em sua plenitude (RR)

- Em relação a ARTE:
 - Reorganizar os objetivos de aprendizagem do componente curricular Arte por ano/segmento (AM)
 - ARTES carece de atenção quanto a problematização de leitura de mundo, regionalização (RR);
 - Relacionar os eixos de formação com cada objetivo trabalhado (MT)

- Em relação a ENSINO RELIGIOSO:
 - os objetivos gerais devem ser perpassados por todos os eixos (ES)
 - Acrescentar a questão do respeito à diversidade religiosa (PE)

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES FEITAS NOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS SOBRE OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Questão: Os objetivos de aprendizagem asseguram ao sujeito o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação de cada etapa?

Posição dos Estados em relação ao EF 2 (opções de respostas: sim/parcialmente/não):

18 Estados com maioria manifestando “sim”

8 Estados com maioria manifestando “parcialmente”

1 não se manifestou - RJ

Há apontamentos críticos mesmo nos Estados em que a maioria marcou “sim”

Questão: Como é possível melhorar o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação da etapa por meio dos objetivos de aprendizagem?

Síntese das respostas dos Estados:

As respostas a esta questão foram bastante diversas. Pelo menos quatro Estados (Acre, Alagoas, Amapá e Maranhão) responderam como melhorar o desenvolvimento do que é proposto, quando da implementação da Base, detendo-se nas **condições** que deverão ser asseguradas **para o seu sucesso**. O Acre mencionou a elaboração de currículos condizentes, interação entre redes de ensino, disponibilização de recursos e materiais. O Amapá ressaltou a importância da infraestrutura, especialmente para o ensino das Ciências Naturais, área que o Estado diz requerer “estrutura laboratorial e instrumentos adequados”. A **formação de professores** foi destacada como condição fundamental pelos quatro Estados – para o Maranhão, será necessário “repensar e ressignificar a formação do professor”.

Outros, no entanto, indicaram como melhorar o desenvolvimento do que é proposto fazendo propostas de modificações no texto atual e criticando aspectos importantes da sua organização. Entre os questionamentos mais contundentes estão alguns que já haviam aparecido na análise dos textos

introdutórios e de outros segmentos/etapas: a **falta de uma articulação entre os componentes e da interdisciplinaridade**; a falta de uma **formação mais crítica**; a **ausência da diversidade humana como valor** que de fato perpassa os componentes. Também são recorrentes, como no EF I, os pedidos de **revisão dos objetivos de aprendizagem** e críticas à falta de articulação destes com os eixos de formação. Aparece aqui também a questão do **protagonismo** – que alguns Estados apontam como ausente.

Em relação à **falta de articulação** entre os componentes, áreas e etapas, o Paraná diz que é necessária uma visão do todo, buscando a compreensão de todas as etapas da Educação Básica e critica a metodologia de dividir as discussões por etapas. “Os objetivos gerais estão bem descritos, entretanto deveriam estar articulados a toda a construção da Base, desde o texto inicial geral, texto inicial das áreas de conhecimento, texto dos componentes curriculares, bem como aos objetivos de aprendizagem”, afirma, acrescentando que “não há integração entre os objetivos dos componentes curriculares de uma mesma área de conhecimento, nem mesmo entre componentes de diferentes áreas”. O Espírito Santo diz que “não há incentivo para trabalhar de forma interdisciplinar e transdisciplinar”.

Em relação aos **objetivos de aprendizagem**, cinco Estados (CE, DF, MG, PR e SC) pedem que se **melhore a progressão** entre eles. Para o Paraná, “há lacunas de conhecimento e de progressão entre os conteúdos apresentados nos objetivos (conteúdos que são pré-requisitos e que não são contemplados, não se observando uma progressão entre objetivos de um ano para o outro).” Santa Catarina diz que os objetivos de aprendizagem “devem possibilitar a progressividade entre os anos de escolaridade e de forma que estes dialoguem entre as áreas/componentes curriculares, tendo como meta a formação integral do(a) estudante”. Minas afirma que é preciso “garantir a progressão dos objetivos de aprendizagem considerando as diferentes etapas”.

São feitas críticas também ao **enunciado dos objetivos e ao que propõem**. O Espírito Santo propõe “**revisar e refazer os verbos empregados a fim de aprofundar os conhecimentos** e deixar claro o que se pretende com os objetivos”. Para o Paraná, “ainda permanece o problema na elaboração de objetivos que **tratam mais de aspectos metodológicos e não de aprendizagem**”. O Ceará endossa: “Faz-se necessário observar o aperfeiçoamento dos objetivos para que não se confundam com metodologia ou exemplos de conteúdos, uma vez que **limitam o fazer pedagógico**”.

Os comentários reforçam mais uma vez a necessidade de se **distinguir claramente Base e Currículo**. Observa-se que alguns Estados apontam o avanço do texto da Base sobre questões que estão fora do seu escopo, enquanto outros pedem detalhamentos e especificidades que cabem ao Currículo. O Ceará retoma o papel dos temas especiais (integradores), pontuando que é preciso contemplá-los “em todos os componentes e áreas”.

O Pará, por exemplo, pede que sejam incluídos “objetivos que contemplem de forma contextualizada princípios e valores em solidariedade e ética nas áreas e disciplinas que não foram contempladas”. Vale registrar que uma maior intencionalidade na **formação ética** também é cobrada pela Bahia, que incorpora a esta discussão as dimensões **multicultural e socioambiental**: “Deve ser considerada, também, a importância de valorizar mais os eixos Solidariedade, Ética e Sociabilidade, bem como a multiculturalidade, pois os objetivos propostos na BNCC, segunda versão, não contemplam discussões acerca de diversas questões, entre elas as socioambientais que promovam pensamento crítico e ampliem a visão de mundo dos estudantes”. O Ceará arremata: “A BNCC deve contemplar todas as correntes de pensamento, sem restringir-se a uma única corrente”.

Aparece também nas considerações de quatro Estados a ideia da **ampliação da noção de Letramento**. Goiás propõe que se amplie a discussão sobre a concepção de letramento em todas as áreas de conhecimento nos textos introdutórios. O DF pede que se substitua “letramento” por “letramentos”, em todo o texto. São Paulo defende que o **letramento científico** é necessário para a formação do cidadão para tomar decisões. “Os saberes científicos por meio de práticas experimentais podem propiciar a sociabilidade e ampliar a capacidade de aprender”. A Bahia manifesta posição

semelhante e articula a discussão do letramento científico com a do **pensamento crítico** e do **protagonismo**: “Intensificar o letramento para garantir a aprendizagem das Ciências Exatas e da Natureza. A área de Ciências Humanas contribui para discussão dos eixos de formação, considerando que, estão na essência da área a leitura de mundo, a reflexão e o pensamento crítico que promovam ações em que os estudantes sejam protagonistas e transformem o ambiente em que vivem”.

O DF, por sua vez, que sejam enfatizadas no documento as expressões “protagonismo dos estudantes, movimentos sociais, respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, considerando as identidades e alteridades.”

Outros apontamentos gerais:

- Em alguns componentes é necessário um olhar mais atento quanto à **contextualização das legislações vigentes** (temas especiais) (PR)
- Levar em consideração a capacidade do **aluno** em aprender sendo o **sujeito de sua própria aprendizagem** contribuindo na formação do ser social, ou seja, o viver em sociedade com autonomia (RO)
- Ampliar o tempo do estudante na promoção da sua **formação integral** para além dos conteúdos curriculares, promovendo o protagonismo dos sujeitos (MG)
- É possível melhorar através da **revisão de alguns objetivos por componente**, visto que nem todos contemplam e/ou apresentam clareza na redação, referente aos eixos de formação. Os componentes curriculares precisam ter unidade na sua estruturação (ciclo, ano, etapa, fase...), garantindo-se as suas especificidades (SC)
- Rever os objetivos de aprendizagem para contemplar os eixos de formação nos componentes artes, língua estrangeira e história (AM)
- Colocar "Educação para as relações étnico-raciais" e "Educação em Direitos Humanos" como temas especiais; transformas os temas especiais em eixos integradores (DF)
- Elaborar mapa conceitual que explique as relações entre eixos, temas (DF)
- Incentivar projetos de Iniciação científica com garantia de bolsa para os alunos (MG);
- Colocar: "Educação em e para os Direitos Humanos"; "Educação em e para a Diversidade" (DF)
- Inserir objetivos que foram suprimidos e comprometeram as discussões em relação à Leitura do mundo natural e social, ética e pensamento crítico e solidariedade e sociabilidade (ES)

- **Sobre desafios de implantação:**
 - O desafio maior está dentro das instituições que formam os professores diante de uma ideologia docente que não atende à sociedade hoje. O olhar para o processo de formação e não perder de vista as relações entre as instituições de formação e as redes de ensino (estadual, municipal e particular) AM
 - Os professores consideram fundamental que sejam observados e melhorados os seguintes aspectos: 1. formação continuada permanente para os professores; 2. necessidade de melhorias na infraestrutura física das escolas, como: laboratório de informática com equipamentos suficientes e com profissional capacitado e acesso à internet; equipamentos de climatização; tamanho das salas e quantidade de alunos adequados ao trabalho proposto; 3. equipamentos de multimídias à disposição dos professores, bem como materiais didático-pedagógicos; com o melhor investimento na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, nas estruturas educacionais e o aprimoramento de novas metodologias (AP)
 - Para melhorar o desenvolvimento, é necessário: Investimentos na formação inicial e continuada de professores, em materiais didáticos, pedagógicos, esportivos e tecnológicos; diálogo entre os objetivos de aprendizagem dos componentes da área de linguagens e entre as demais áreas, promovendo a interdisciplinaridade; criação de

laboratórios de línguas; garantia na escola do planejamento interdisciplinar e por área de conhecimento (TO)

- **Em relação aos EIXOS:**
 - Eixo Pensamento Crítico :melhorar a progressão (CE)
 - Eixo "Solidariedade e Sociabilidade" p. 179, 2º § acrescentar: [...] “todas, considerando grupos historicamente excluídos”. Assegurar a coexistência de escolas especiais e escolas inclusivas (DF)
 - MG:
 - Nos Eixos Gerais de Formação - "Letramentos e capacidade de aprender" - inserir o termo "eventos" no trecho: "o envolvimento em diferentes (eventos e) práticas de letramento". 2) Sugere no Eixo Geral de Formação - "Solidariedade e sociabilidade" alteração do último parágrafo para a seguinte redação: "...atribuir sentido no mundo e, portanto, da elaboração de meios criativos para a resolução de problemas que...". 3) 7 participantes consideram a necessidade de substituir no Eixo Geral de Formação "Letramentos e capacidade de aprender" o termo "confiante" por "responsiva"
 - EIXO I Letramentos e capacidade de aprender
 - Capacidade de aprender SUBSTITUIR por: Oportunidades de aprendizagem;
 - Garantir formação em letramento para os professores em todas as áreas de conhecimentos;
 - Incentivar projetos de Iniciação científica com garantia de bolsa para os alunos;
 - Garantir parcerias com as IES promovendo projeto de pesquisa e extensão nas escolas de Educação Básica;
 - Garantir a progressão dos objetivos de aprendizagem considerando as diferentes etapas.
- EIXO 2 Leitura do mundo natural e social
 - E necessário reorganização e adequações dos tempos dos componentes curriculares e dos espaços físicos;
 - Ampliar o tempo do estudante na promoção da sua formação integral para além dos conteúdos curriculares, promovendo o protagonismo dos sujeitos;
- EIXO 3 Ética e pensamento crítico
 - O eixo ética e pensamento crítico diz respeito a adoção, pelos e pelas estudantes, de uma atitude questionadora e REFLEXIVA (incluir no texto a palavra em destaque)....
 - Posicionar-se criticamente demanda conhecimentos para fazer julgamentos informados e capacidade de realizar escolhas, com liberdade, RESPEITO (incluir no texto a palavra em destaque) e autonomia, com base nesses julgamentos.
 - Os objetivos de aprendizagem que não seja uma formação somente para o mercado que seja sobretudo uma formação humanística.

Observações por áreas de conhecimento:

- Em relação a HISTÓRIA:
 - Pelos objetivos propostos não há linearidade com os conteúdos. Os objetivos em alguns momentos são repetidos, descontextualizados, constituem uma lista de conteúdos, aos quais foram agregados verbos aleatoriamente. Regiões extra europeias, como África, Ásia e América só aparecem em função das ações dos europeus. Há pouco objetivos procedimentais e nenhum atitudinal, o que reforça a falta de conexão entre a proposta e as necessidades de formação para cidadania. A proposta não parece refletir nenhuma das transformações historiográficas dos últimos 40 anos, ignorando a discussão de gênero, história das mentalidades, etc.

RR

- Os textos introdutórios e objetivos da área estão coerentes com os eixos de formação, entretanto, os de História estão incongruentes nos textos introdutórios e nos eixos de formação (DF)
- Os eixos de formação não são contemplados, estes conduzem a um recorte histórico, deslocando o conteúdo escolar da experiência do estudante como sujeito histórico (DF)
- Sugerimos a reorganização dos objetivos e a inclusão de direitos de aprendizagem que contemplem a [história] regional (MA)
- Necessidade de ampliação de conteúdos previstos nos objetivos de aprendizagem (PR)
- no 6º e 7º anos alguns objetivos do eixo de Conhecimentos Históricos necessitam de mais clareza. Sugere-se acrescentar, substituir ou modificar o verbo e de rever alguns termos, como por exemplo, “Novo Mundo” por “Continente Americano”. O grupo identificou no 8º e 9º ano que tanto no eixo de Conhecimentos Históricos como no eixo de Linguagens e Procedimentos de Pesquisa, os objetivos apresentam-se mais precisos, com pertinência e clareza, mesmo assim foram sugeridas algumas alternativas de mudança no texto do verbo e/ou acrescentar outro verbo dando um sentido mais conciso para de fato efetivar tais objetivos nas práticas pedagógicas do professor em seu componente curricular de ensino (PI)
- os objetivos de aprendizagem precisam assegurar as concepções que perpassam os eixos. Qual a proposta da linha metodológica do ensino de História? (Ex: linear, integrada e temática) SC
- Articular os Eixos de Formação e os Objetivos de Aprendizagem (OA), visto que os eixos destacam o protagonismo e a criticidade dos alunos, mas os objetivos de aprendizagem não facilitam esse desenvolvimento; equilibrar a quantidade dos OA em História; ampliar a diversidade e o protagonismo dos sujeitos excluídos da historiografia no percurso dos Objetivos de aprendizagem; articular os OA com os de Geografia (SP)
- Incluir temas integradores; identificar a correspondência dos Eixos de Formação SP

Nos anos iniciais é importante o aluno conhecer a sua história pessoal e coletiva, como pessoa. conhecer sua cidade, estado, na medida que vai fazendo isso, vai fazendo-se as relações com os outras histórias.

No 6º ano, com o professor de história, resgatar esses conceitos de histórias, para então iniciar com a Grécia.

do 1º ao 9º espera-se que o aluno se aproprie da sua história, e que respeite a história do outro (pessoa, local, países).

Trazer o que está no 5º ano dos anos iniciais para o 6º ano.

Uniformizar nomenclaturas (negros, população africana, etc)

Levar os objetivos do 8º que falam da escravidão para onde fala disso nos objetivos anteriores (7º).

os objetivos do 9º não estão seguindo uma estrutura lógica.

não houve entendimento da lógica que o documento - BNCC - não apresenta uma sequência lógica.

Exemplo: deveria primeiro trabalhar a revolução francesa para depois trabalhar a inconfidência mineira. no documento não está assim.

Verificar os assuntos comuns para atendimento dos objetivos e colocar os objetivos no mesmo ano.

Exemplo: Para atender o objetivo de Inconfidência mineira (EF08HI18) tem que trabalhar o assunto referente a Revolução Francesa (EF9HI06), que está com o objetivo no 9º ano.

- Em relação a GEOGRAFIA:
 - Ajustes em relação a objetivos de aprendizagem. (DF)
 - Sugerimos que os direitos de aprendizagem contemplem os cinco continentes no 8º ano, possibilitando a introdução e a contextualização entre os fatos e de um número maior de temáticas contemporâneas no nono ano. (MA)
 - Necessidade de ampliação de conteúdos previstos nos objetivos de aprendizagem (PR)
 - Articular os Eixos de Formação e os Objetivos de Aprendizagem (OA), visto que os eixos destacam o protagonismo e a criticidade dos alunos, mas os objetivos de aprendizagem não facilitam esse desenvolvimento; considerar a Cartografia como Ciência; articular os OA com os de História (SP)

- Em relação a LINGUAGENS:
 - Em Língua Portuguesa, os conteúdos foram fragmentados no decorrer dos Anos Finais o que dificulta o ensino de forma adequada e lógica (ES)
 - há a necessidade de repensar e ressignificar a formação do professor, bem como a estrutura dos sistemas de ensino para a construção coletiva de um currículo que realmente contemple as demandas atuais da educação (MA)
 - Língua portuguesa: Na questão do tratamento da análise linguística como eixo transversal, sugerimos que haja maior clareza do que se propõe como transversalidade, para que não haja compreensão equivocada de que gramática deve ser tratada como coisa secundária, quando o entendimento é de que gramática deve ser trabalhada a partir do texto, da escrita e da oralidade
 - Vemos a necessidade de cuidar do estilo no uso dos gêneros masculino e feminino aos professores, estudantes. Vemos também a necessidade de rever, em todo o texto na BNCC, o conteúdo semântico-discursivo dado ao termo conhecimento (polissêmico). Há textos em que o termo conhecimento parece incluir saberes, atitudes, valores ou práticas e em outros textos parece excluí-los. Observou-se que no Eixo 4 houve especial parcialidade, levando em consideração dois aspectos: a) o eixo traz fundamentação abrangente, uma afirmação e atuação cidadã, que não é competência só da escola; b) os objetivos dos componentes curriculares precisam explicitar melhor as ideias contidas no eixo. Durante a discussão por área, observou-se que não existe uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que os objetivos de aprendizagem não dialogam entre os componentes curriculares da referida área. A sugestão é que alguns objetivos sinalizem esta interdisciplinaridade
 - No eixo letramento e capacidade de aprender e nos demais eixos, não atendem à língua estrangeira por não levar em consideração o currículo culturalmente responsivo. O aluno não atinge aos objetivos propostos pelos eixos da BNCC, e a fragmentação de ciclo em ciclo impossibilita desenvolver as competências propostas pelos eixos de formação e as habilidades em línguas estrangeiras (PI)
 - Melhorar a integração das disciplinas, mesmo que em alguns momentos os objetivos convergem por meio dos eixos, das dimensões de conhecimento, e dos campos de atuação. Inserir referências teóricas, e outros termos como, por exemplo, socioemocionais e leitura. (SP)

- Em relação à MATEMÁTICA:
 - Apropriar-se dos objetivos de aprendizagem proposto pela BNCC utilizando-os nas suas práticas pedagógicas; Acompanhando e monitorando a execução dos objetivos de aprendizagem; Dinamizar o processo de ensino-aprendizagem (MA)

- Proposição de acréscimos aos objetivos específicos (detalhados nos campos de observação específicos das áreas) (PB)
- Ver a Matemática com outro olhar para que de forma interdisciplinar valorize a vivência de mundo dos alunos é o caminho mais adequado (SP)
- Contemplar os eixos no texto introdutório da área (SP)
- Em relação às CIÊNCIAS NATURAIS
 - Sugerimos que nos objetivos(2,3,4,6),sejam contemplados todos os eixos **(PE)**
 - Necessidade de ampliação de conteúdos previstos nos objetivos de aprendizagem (PR)
 - Necessidade de contemplar e ampliar objetivos de aprendizagens não descritos na BNCC (SC)
 -
- Em relação às CIÊNCIAS HUMANAS:
 - deve-se perceber que nos objetivos $eff2cho1$ e $eff2cho2$, o letramento é contínuo, dado principalmente a inserção de novos conteúdos durante todo o ensino fundamental, assim como é constante a capacidade de aprender. no $eff2cho3$ e $eff2cho4$ não existe interpretação de saberes, sentidos e crenças, sem fazer uma leitura do mundo e sem analisar o meio natural e a sociedade, assim como está presente a solidariedade e a sociabilidade nos momentos em que viabiliza-se o conhecimento de si e a relação com o outro.
 - Necessidade de ampliação de conteúdos previstos nos objetivos de aprendizagem (PR)
- Em relação à EDUCAÇÃO FÍSICA:
 - Necessidade de ampliação de conteúdos previstos nos objetivos de aprendizagem (PR)
 - Necessidade de contemplar e ampliar objetivos de aprendizagens não descritos na BNCC (SC)
- Em relação à ARTE:
 - As quatro linguagens artísticas apresentadas pela própria BNCC (dança, música, teatro e artes visuais) são apresentadas de maneira muito tímida e sem clareza se apresentam nos objetivos de aprendizagem sem avanço no nível de dificuldades sugerido no decorrer dos anos finais do Ensino Fundamental; PI
 - Registro da Preocupação com a falta de reconhecimento e espaço de atuação para os poucos profissionais especializados na área. O ensino de artes na escola se faz de maneira desconhecida, sem aprofundamento nos seus conteúdos e conhecimentos. PI
- Em relação a ENSINO RELIGIOSO
 - Proposição de acréscimos aos objetivos específicos (detalhados nos campos de observação específicos das áreas) (PB)
 - Alterar os seguintes Objetivos Gerais e Eixos do ER:(EFF2ER01) Pode contemplar também o Eixo Solidariedade e Sociabilidade. (EFF2ER02) Pode contemplar o Eixo Letramentos e Capacidade de Aprender e substituir o verbo CONSTRUIR por APRECIAR. (EFF2ER03) Pode contemplar o Letramento e Capacidade de Aprender. (EFF2ER04) Pode contemplar o Eixo Letramentos e Capacidade de Aprender e o Letramentos e Capacidade de Aprender. substituir o verbo IDENTIFICAR por DESENVOLVER (PE).
 - É visto que, na área Ensino Religioso, é necessário transformar alguns temas como geradores, e que perpassam por todos os anos, como: "bem viver e convivência humana", "valorização da vida e do corpo", etc. (TO)

ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTADOS SOBRE O ENSINO MÉDIO NOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS

Questão: Os objetivos de aprendizagem asseguram ao sujeito o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação de cada etapa?

Posição dos Estados em relação ao EM (opções de respostas: sim/parcialmente/não):

16 Estados com maioria manifestando “sim”

10 Estados com maioria manifestando “parcialmente”

1 não se manifestou – RO

Há apontamentos críticos mesmo nos Estados em que a maioria marcou “sim”

Questão: Como é possível melhorar o desenvolvimento do que é proposto pelos eixos de formação da etapa por meio dos objetivos de aprendizagem?

Síntese das observações dos Estados:

Destaca-se na leitura das considerações dos Estados sobre o Ensino Médio o número de menções ao conceito de **Eixo**. A palavra aparece 48 vezes nos campos das observações gerais dos Estados, associada a pedidos de alteração dos nomes, inserção de termos, adequação, explicitação, relação/articulação, e em alguns casos, de total exclusão do documento. “Os eixos poluem o documento e 'podem' desviar o real objetivo da formação no Ensino Médio, priorizando interesses, avaliações externas e parcerias diversas, não traduzindo os direitos de aprendizagem em sua totalidade (...) Sugere-se, portanto, suprimi-los”, afirma o Paraná.

Mas a maior parte das solicitações tem foco na introdução de conceitos que os Estados não consideraram contemplados nos eixos ou na sua correlação com outros componentes do documento (unidade curricular, objetivos gerais, objetivos específicos). O Alagoas pede que se insira a formação ética nos eixos e que sejam criados os eixos “Mundo do Trabalho” e “desenvolvimento motor e corporeidade”. Minas diz que os eixos não contemplam a interdisciplinaridade e a investigação científica. O Distrito Federal avalia que o eixo “Letramentos e capacidade de aprender” apresenta problema epistemológico por ser “a capacidade de aprender” inata a todo sujeito e sugere a mudança do nome para “Multiletramentos” de forma a contemplar a multiplicidade de linguagens e culturas.

Reaparecem aqui também com força três questões que os Estados apontaram na análise de outras seções da BNCC: **interdisciplinaridade, maior clareza e coesão** entre os elementos, e melhorias na formulação e escolha dos **objetivos de aprendizagem**.

Há diversas solicitações para que sejam melhoradas as articulações entre os elementos do documento. Tocantins pede “esclarecimento da sequência lógica e interligação entre os objetivos gerais, os eixos de formação, os campos/dimensões/unidades de conhecimentos de atuação com os objetivos de aprendizagem”. O RS diz que na versão final deve constar “um fluxograma ou organograma explicativo, que remeta à articulação entre finalidade/eixos/objetivos” – sugestão já feita por outros Estados em outros momentos.

Muitos apontamentos em relação à coesão do documento se voltam especificamente para articulação entre os eixos e os objetivos de aprendizagem. MG pede que não se dissocie os “objetivos de aprendizagem dos eixos de formação, facilitando a leitura dos docentes”. O CE afirma que os “eixos Pensamento Crítico e Projeto de vida e Solidariedade e Sociabilidade precisam ser melhor explicitados no conjunto de objetivos de aprendizagem de todas as áreas”. O ES aponta distanciamento entre eixos e objetivos em diversas áreas do conhecimento da BNCC. O AP diz que é possível melhorar “modificando os verbos que tratam dos objetivos para que possam se adequar aos eixos propostos”.

Em relação à interdisciplinaridade, São Paulo diz que “é fundamental que os eixos permitam que os Currículos locais trabalhem em perspectiva multi-inter-transdisciplinar valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes”. O Ceará também cobra “maior ênfase na interdisciplinaridade para integração das áreas”. Para o DF, “os objetivos não favorecem a interdisciplinaridade e a inovação tecnológica nas áreas de Ciências”.

Os questionamentos em torno dos **objetivos de aprendizagem** mais uma vez giram em torno do **excesso e da repetição dos objetivos**, dos **verbos escolhidos** e da falta de uma **progressão de complexidade** mais desafiadora ao longo dos anos. Tocantins pede “especificações mais claras dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento; exclusão de duplicações e compactação em um único”. RN avalia que os verbos identificar e reconhecer são muito repetidos e que deveria haver uma “gradação/progressão acrescentando: compreender, interpretar, analisar, justificar e exemplificar”.

O Paraná diz que “faltam objetivos bem como não há progressão dos mesmos, visto que alguns se repetem. Consta-se uma superficialidade nos objetivos de aprendizagem, desta forma, não cumprindo o que se propõe na LDB em seu art. 35”. O Alagoas observa que “alguns objetivos não estão adequados quanto ao nível de proficiência médio encontrados ao final do ensino fundamental”. SP afirma que, analisando os objetivos de aprendizagem apenas do EM, percebe-se a necessidade de “reavaliar a progressividade dos objetivos desde as primeiras etapas de escolaridade”. Alagoas e Paraná apontam ainda a falta de uma perspectiva crítica nos objetivos.

A falta de **clareza conceitual** apontada noutras partes da Base ressurgiu aqui nas palavras de Minas Gerais, que avalia que “os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento precisam estar mais claros, bem como o conceito de mundo do trabalho”. Para MG, “os textos introdutórios das etapas não deixam claro que a BNCC não está focada em conteúdos e deveriam explicitar a conceituação dos princípios éticos, políticos e estéticos”. SP pede um glossário “para os termos que não possuem uma única definição conceitual como projeto de vida”.

Alguns Estados registram as suas preocupações com a **implantação da proposta**. O RS relata que vê como obstáculos a formação dos professores que, na visão do Estado, “não prepara os futuros profissionais sob essa ótica mais abrangente”; a escola de tempo parcial e não integral; e as condições materiais e de infraestrutura das escolas. “Para melhorar o desenvolvimento do que é proposto, o RS considera necessário aprofundar o debate e as ações que envolvam essas três considerações levantadas.” O Tocantins, por sua vez, diz que será necessário assegurar “investimento na formação inicial e continuada para todos os professores; efetivação das políticas públicas propostas pela Política Nacional da Educação Básica; e adequação das cargas horárias por componente curricular para atender os objetivos propostos”. Minas Gerais vê a necessidade de “uma reorganização do tempo escolar para implantação de prática de iniciação científica, e ainda o tempo na atual organização curricular não é suficiente para que todos os objetivos sejam desenvolvidos”.

A questão da iniciação científica que na visão mineira aparece vinculada à organização do tempo escolar também é enfatizada pelo Tocantins, que avalia ser necessário “assegurar e garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática”.

Vale registrar ainda que alguns Estados fazem considerações sobre os **temas especiais e as modalidades**. O DF defende a criação de novos temas especiais e de uma modalidade específica para o universo socioeducativo e prisional (DF). O RS diz que “a BNCC muito timidamente apresenta nos textos introdutórios os temas especiais (Cultura Indígena e Africana, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Economia, Educação Financeira, Sustentabilidade, Culturas Digitais e Computação), aportando-se às leis que regem tais direitos. Contudo, percebeu-se ainda a necessidade de expor mais incisivamente tais temáticas, contemplando-as nos objetivos de aprendizagem mais claramente.”

Outros apontamentos gerais em relação ao Ensino Médio:

- Objetivos ignoram as múltiplas inteligências e as competências socioemocionais (DF)
- Sugere-se inclusão de três temas especiais: a) "Educação Patrimonial e pertencimento" para promover o debate a respeito da cultura como construção de identidade; b) "Diversidade e respeito às diferenças" em razão da formação integral e do combate a todo tipo de exclusão; c) "Gênero e sexualidade" para garantir direitos de grupos excluídos (DF)
- A não periodicidade das unidades curriculares pode não garantir a aprendizagem de forma igualitária entre os estados e redes (MG).
- No entendimento do grupo que votou parcialmente, o conceito de sociabilidade não contempla a socialização. São processos diferenciados que não estão presentes nos direitos e nos objetivos de aprendizagem do Ensino Médio (ES)
- A Base Nacional Comum Curricular não é currículo (ES).
- A BNCC não contempla os eixos: Eixo I _ Pensamento crítico e projeto de vida; Eixo 4 _ Solidariedade e sociabilidade (ES).
- "Devido a migração de alunos de uma unidade escolar para outra com frequência, consideramos importante que a unidade curricular seja organizada por ano (I , II e III). Faltou no documento o tema das Unidades Curriculares (MT)
- Incluir, nos eixos de formação, as vivências de situações concretas que são necessárias para que se contemple a diversidade dos sujeitos que chegam à escola (PA)
- Incluir, nos eixos, a questão da sustentabilidade que aparece apenas nos objetivos (PA).
- Trabalhar de forma problematizada, contextualizada, numa perspectiva de alinhamento entre teoria e prática. Inserção de novos objetivos ligados a temas não contemplados e uma abordagem mais crítica dos objetivos. (PR)
- A organização por unidade curricular está confusa (PR)
- Os eixos de formação para a etapa de ensino não permitem uma análise aprofundada em virtude da organização do Ensino Médio, apresentados na 2ª versão da BNCC e não consideram os princípios norteadores contemplados nas DCNEM (pesquisa como princípio pedagógico, trabalho como princípio educativo...), e as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.
- A 2ª versão é uma ameaça aos componentes curriculares. Sugerimos retomar a organização curricular proposta nas DCNEM."
- Articulação entre os componentes curriculares. Organizar temporalmente os objetivos de aprendizagem e por área do conhecimento (RS)
- Expandir conceito de letramento para todas as linguagens, nas diferentes áreas de conhecimento (RS)
- Incluir no eixo I de formação "pensamento crítico e projeto de vida" o termo "democrático" (RS)
- Algumas alterações de texto foram aprovadas: Página 493 a expressão projeto de vida, deverá constar no texto no seguinte formato "Projeto de Vida"/ Página 495 e 496 acrescentar o tema integrador EDUCAÇÃO FISCAL (RS)
- Para assegurar um melhor desenvolvimento dos eixos de formação é necessário rever e articular os objetivos gerais com os específicos; há divergências entre eles (SP)
- Explicitar questões sobre educação especial e tecnologia assistiva visando produção de materiais didáticos e formação de professores (SP)
- Ainda são relevantes questões de corpo, gênero, sexualidade, manifestações culturais baseadas em matrizes afro-brasileiras e indígenas (SP)
- Valorizar: as realidades socioculturais locais e globais no desenvolvimento dos eixos; o conhecimento e a construção dos saberes escolares para a inserção do estudante na comunidade e na sociedade do ponto de vista econômico, social e cultural (SP)
 - Adequações nos objetivos de aprendizagem para atender aos eixos de formação: O texto da BNCC, deve sinalizar o diálogo entre os componentes curriculares, desenvolvendo ações que favoreçam a interdisciplinaridade; Adequar a formação inicial e continuada dos professores, para que os mesmos tenham condições de desenvolver ações na perspectiva dos eixos de formação e objetivos de aprendizagem da BNCC;

Promover a elaboração, implementação e revisão de livros e recursos didáticos que atendam aos objetivos da BNCC; Equipar as escolas de modo que atendam adequadamente aos eixos e objetivos da BNCC; Revisar verbos utilizados em alguns objetivos de aprendizagem, por exemplo o verbo "Construir" utilizado de forma estanque; A partir do texto do documento, fortalecer ações nas escolas, que promovam atividades coletivas na área de ciências e demais áreas; Haver uma maior articulação entre a secretaria de educação e as instituições de ensino superior e de pesquisa, para promover aproximação entre o ensino de ciências e a pesquisa (PE)

Apontamentos por área (observações registradas nos campos gerais de observação):

- **Em relação a Linguagem**
 - Os objetivos de Linguagens não consideram plenamente os temas especiais propostos e, textualmente, não são indicados por siglas os temas especiais nos objetivos de LP, LEM e EF (DF)
 - Objetivos de aprendizagem, em sua maioria, não contemplam os eixos "Pensamento crítico e projeto de vida" e "Solidariedade e sociabilidade", por não explicitarem os processos de construção coletiva, de aprendizagem cooperativa e colaborativa, de compartilhamento de experiências. (SP)
 - os objetivos EM40LI01 - EM40LI16, sofreram alterações e supressões, evidenciando a ausência de ações voltadas a produção e a discussões de questões éticas em espaços digitais (AP)
 - Em relação ao eixo da sociabilidade e da solidariedade, os objetivos definidos no campo da oralidade devem incluir a reflexão sobre os mecanismos linguísticos, que geram efeito de sentido próprios da cortesia verbal (MA)
 - Explicitar como será trabalhado pensamento crítico e projeto de vida em LP. Disponibilizar recursos financeiros e oferecer uma infraestrutura de qualidade (MA)
 - Ling. Estr.: alteração da redação para “ Interagir por meio de textos em língua estrangeira ""em diferentes áreas do conhecimento""... (MT)
 - no objetivo EMLI08 substituir o verbo desvalorizar por respeitar(MT)
 - Inclusão de novos objetivos para contemplar o eixo "Letramentos e capacidade de aprender" (específico a língua estrangeira) BA
 - Ampliar e refazer alguns objetivos, com vistas a aproximar os eixos de formação aos objetivos propostos, no que se refere à autonomia, ao protagonismo e aos processos de interação (PE)

- **Em relação a Arte**
 - ausência do foco na história da arte, como base para as demais linguagens da arte (teatro, dança, música e artes visuais); AP
 - Apesar de contemplar os eixos de formação, se faz necessário que a carga horária destinada ao ensino das Artes e os espaços físicos estejam adequados para o desenvolvimento das modalidades artísticas, sedimentando a aprendizagem artística e desenvolvendo o processo contínuo no domínio do conhecimento artístico e estético no exercício do seu próprio processo criador. Quanto ao viés empreendedor, as áreas de música, teatro e dança são contempladas, contudo as artes visuais não possuem um objetivo de aprendizagem voltado para esse ponto, não atendendo assim parte dos eixos de formação (SE)

- **Em relação a Educação Física**
 - Falta do recurso do livro didático compromete a estrutura organizacional na execução da disciplina, além disso, é importante que a disciplina seja promovida de maneira sistemática, progressiva e comum AP

- **Em relação a Matemática**
 - destaca-se que a não conformidade de alguns objetivos propostos para o ensino médio com os eixos de formação pensamento crítico e projeto de vida e solidariedade e sociabilidade na área de matemática (AP)
 - Explicitar nos objetivos de aprendizagem, o aspecto da solidariedade, no eixo de formação solidariedade e sociabilidade (MA)
 - [é possível melhorar] Com implementação de Projetos Sociais e Projetos de Pesquisa para estimular os alunos visando à Formação Integral (MA)

- Contribuição parcial, nem todos os estudantes apresentam os mesmos interesses no aprofundamento da área de matemática, sendo que, e somente se, os estudantes tiverem interesse na área de matemática os objetivos contribuem no desenvolvimento da aprendizagem (MT)
- Acrescentar em alguns objetivos de aprendizagem as ações de valorização de trabalho em grupo e confrontação da construção das estratégias de aprendizagem pelos estudantes. Isto se justifica, pois observamos que os objetivos de aprendizagem na unidade de conhecimento Estatística apresentam, já em suas descrições, aspectos contemplados nos eixos de formação (PE)
- **Em relação às Ciências Humanas:**
 - Acrescentar ao eixo 02 a Intervenção no mundo político, na perspectiva do protagonismo do estudante; É necessário um embasamento de conteúdo no ensino fundamental para que se alcance os objetivos propostos no ensino médio; Relacionar o objetivo 07 aos quatro eixos.
 - [é possível melhorar] a partir da ampliação e/ou restrição dos verbos propostos, assim como da explicitação, nos textos introdutórios das correntes teóricas que os embasam (MA)
 - Contemplar a intervenção no mundo natural e cultural, priorizando a autonomia e a expressão para o desenvolvimento pleno dos sujeitos (PA)
 - Melhorar a redação dos objetivos de aprendizagem da área, tornando-os mais claros para que haja melhor articulação entre eixos de formação e objetivos de aprendizagem (PE)
 - Os representantes do componente Filosofia e História argumentam que os objetivos não contemplam todos os eixos, sendo necessários aprimorá-los. Para essas áreas é importante incluir conteúdos que discutam temáticas como alienação, política, auto-suficiência e autonomia intelectual (PI)
 - Os objetivos de aprendizagem em História não estão claros suficientemente para que possamos atingir os objetivos da área. Deve haver uma melhor clareza nos conhecimentos específicos em cada disciplina, para que o professor saiba como conduzir os conteúdos propostos. Percebe-se uma "desorganização" dos objetivos para os conhecimentos históricos, sendo que, no 1º ano, por exemplo, os alunos deverão conhecer os "anos de chumbo" (EM21CH15). Ou seja, o aluno não vê conexão e linearidade na abordagem dos conteúdos. Faltou abordar as guerras mundiais, os movimentos sociais da 1ª república (ex: Canudos, Revolta da Vacina), História das mulheres e abordagem das minorias sexuais ao longo da história. (RS)
- **Em relação às Ciências da Natureza**
 - Os 4 eixos são contemplados parcialmente nas 3 disciplinas em CN. Para garantir o desenvolvimento dos eixos é necessária uma articulação com o EF. O eixo mais crítico é o 4, por não apresentar ações claras de solidariedade. Há ausências de objetivos de aprendizagem em Biologia que comprometem os eixos. Ampliar a investigação nas diversas unidades curriculares da área. (SP)
 - Dentre os dez objetivos gerais somente três abrangem o eixo IV (Solidariedade e Sociabilidade) de maneira direta. Pode-se abordar este eixo em maior número de objetivos. (MA)
 - Incluir o ensino por investigação e a história da ciência, contemplando os aspectos sociais, pessoais e psicológicos (PA)